

CÉLIA REGINA DA SILVEIRA

**ERUDIÇÃO E CIÊNCIA:
AS PROCELAS DE JÚLIO RIBEIRO NO BRASIL
OITOCENTISTA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JÚLIO MESQUITA FILHO**

CÉLIA REGINA DA SILVEIRA

**ERUDIÇÃO E CIÊNCIA:
AS PROCELAS DE JÚLIO RIBEIRO NO BRASIL
OITOCENTISTA**

Tese apresentada a Faculdade de Ciências e Letras
de Assis — UNESP para obtenção do título de
doutora na área de História e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira.

Assis, Novembro de 2005



CÉLIA REGINA DA SILVEIRA

ERUDIÇÃO E CIÊNCIA:

AS PROCELAS DE JÚLIO RIBEIRO NO BRASIL OITOCENTISTA

Tese apresentada a Faculdade de Ciências e Letras de Assis — Unesp para obtenção do título de doutora na área de História e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela comissão julgadora em: 04/04/2006.

COMISSÃO JULGADORA

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira

1.º Examinador: Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Martins — CONDEPHAAT

2.º Examinador Prof. Dr. Rogério Ivano — UEL – Londrina

3.º Examinador: Prof.^a Dr.^a Maria Lidia Lichtscheidl Maretti — UNESP - Assis

4.º Examinador: Prof.^a Dr.^a Emery Marques — UNESP – Assis

Assis, novembro de 2005



Para Celso e Eunice, meus pais, que à semelhança de Maria Francisca (mãe de Júlio Ribeiro), ensinaram-me que os estudos são aquilo que de mais sólido construímos, um capital que ninguém nos tira, algo que dura para sempre ...

Para Cláudia e Cleide, que, além dos laços familiares de irmãs, são, acima de tudo, minhas amigas.

Beatriz, minha sobrinha – e a quinta mulher da família, que chegou há três anos, para alegrar nossas vidas.

Agradecimentos

Este está sendo o último exercício de escrita neste trabalho. A memória já um pouco cansada talvez possa levar-me a esquecer pessoas que, de alguma forma, colaboraram para a realização de minha pesquisa e às quais adianto minhas desculpas. É preciso, no entanto, nomear todos os que a memória permite lembrar. É o que faço agora.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp, onde fui sempre bem acolhida.

A Antonio Celso, meu orientador, por seu apreço e confiança no trabalho que ora apresento, mas sobretudo pelo estímulo à pesquisa desde os tempos da graduação, passando pelo mestrado, até aqui. Enfim, no meu pequeno trajeto, seus rastros não são imperceptíveis. Além disso, agradeço-lhe a paciência em esperar pela conclusão de meu trabalho e em ouvir meus temores e inseguranças. Contei ainda com sua compreensão nos vários momentos de dificuldades pessoais.

A Tania de Luca e Emery Marques, pela leitura criteriosa que realizaram por ocasião do Exame de Qualificação, sugerindo encaminhamentos e bibliografias. Espero ter atendido a pelo menos parte de suas exigências.

Sou grata também aos colegas do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que assumiram parte de minhas responsabilidades para que eu pudesse ficar afastada durante o período de um ano e meio para a elaboração deste trabalho. A meus alunos, aos quais ministrei aulas de História do Brasil, não só no curso de História, mas também nos de Ciências Sociais, Geografia, Economia e Arquivologia. Com eles percorri uma importante via de mão dupla: ensinei e aprendi. A Fumiko e Celina, secretárias do Departamento de História, que sempre atenderam às minhas solicitações de urgência.

Aos funcionários dos arquivos e bibliotecas onde pesquisei; sem sua ajuda, provavelmente deixaria de obter materiais que foram importantes para concretizar minha proposta de trabalho. Em São Paulo, o Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, a Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGBSP), o Centro de Memória da Educação (USP), a Biblioteca Mário de Andrade e a Biblioteca da FFLCH da USP; em Campinas, o Centro de Memória da Unicamp, a Biblioteca do IEL e a Biblioteca Central; em Assis, na Unesp, o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap) e a Biblioteca.

Ao jornalista de Sorocaba Geraldo Bonadio, pelas informações valiosas e a gentileza em enviar-me material e intermediar o meu contato com a viúva do Sr. José Aleixo Irmão, Dona Mercedes, a quem agradeço por ter atendido aos telefonemas.

A Ana Luiza Martins, pela gentileza em ter enviado material de sua lavra sobre Júlio Ribeiro. Atribuo esse contato ao acaso do destino, pois nunca imaginei que conheceria uma historiadora familiarizada com a trajetória e a produção de Ribeiro numa defesa de doutorado sobre patrimônio, cuja banca ela integrava.

Aos amigos Cristiano, Lúcia, Edméia, Fátima, Ana Heloísa e Rogério, que, além de serem colegas de trabalho, sempre mostraram-se solícitos aos meus pedidos e compreensivos quanto à minha oscilação de humor. Peço desculpas a alguns deles pelos inúmeros convites para almoços e jantares recusados nos últimos meses da escrita deste trabalho; por não compartilhar o convívio social e, principalmente, por não atender aos telefonemas ou retornar os recados. Por esse motivo, talvez, não consiga expressar o quanto foram importantes neste percurso.

À Selma, ao Fred e à Márcia, pela amizade, que espero seja para sempre.

À Zueleide, a quem, por mais que registre meus agradecimentos, não conseguirei fazer jus quanto à dimensão de sua contribuição para este trabalho. Seu apoio e interesse em

manter-se informada a respeito de meu trabalho foram fundamentais. As inúmeras ligações que fez de São Paulo e de Maringá para Londrina restabeleciam-me o ânimo para prosseguir. Enfim, não terei nunca como pagar-lhe o apoio emocional e intelectual.

À Simone, por ter atendido a meu pedido de socorro, dispondo-se a fazer a revisão dos textos num curto período. E por sua amizade.

Por último, mas não menos importante, agradeço a minha família, cujo apoio foi essencial nestes anos. Agradeço, pelo aconchego que mandam de Ida Iolanda, a meus pais, Celso e Eunice; de São José do Rio Preto, a minha irmã Cleide e a minha sobrinha Beatriz; de Campinas, a minha irmã Cláudia. Sem esse amor familiar, não teria sido possível chegar até aqui.

Sabeis vós o que é um nome no mundo literário? É o condão que faz com que o homem atravesse imune o volver dos séculos, vencendo a morte e desdenhando as revoluções do globo e a destruição das cidades.

Júlio Ribeiro, 1862

Neste mundo, não se joga xadrez com figuras eternas, o rei, o bispo: as figuras são aquilo que delas fazem as configurações sucessivas no tabuleiro.

Paul Veyne, 1992

SILVEIRA, C. R. da. *Erudição e ciência: as procelas de Júlio Ribeiro no Brasil oitocentista*. Assis, 2005. 240 p. (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo empreender uma análise conjugada da experiência social de Júlio Ribeiro e de seus textos no âmbito das letras paulistas, entre as décadas de 1870 e 1890. Num contexto marcado pela inexistência de um campo intelectual autônomo, o autor em estudo foi um exemplo típico do letrado, pois atuou como professor, jornalista, publicista e literato — enfim, um homem de letras no rigor da expressão. Entretanto, a imagem preponderante que se cristalizou dele foi a de autor de um romance considerado “obsceno” — *A Carne* (1888) —, elaborada por seus coetâneos e perpetuada na memória histórica.

No presente trabalho, busca-se ultrapassar esse rótulo estigmatizador, privilegiando o conjunto de seus escritos — os quais contêm importantes marcas de sua trajetória e, além de permitirem alcançar uma visão menos restrita da atuação do autor, possibilitam reconstituir suas relações sociais no universo letrado. Júlio Ribeiro comungou das experiências dos contestadores do regime imperial da “geração de 1870”, em especial do grupo de republicanos paulistas; mas, por questões pessoais e políticas, passou a integrar a dissidência do PRP (Partido Republicano Paulista). Dessa divergência, resultaram alterações com Alberto Sales na imprensa da província de São Paulo. Ambos fizeram do repertório científico/ilustrado seu instrumento de combate.

Em síntese, no exame empreendido neste estudo, Júlio Ribeiro constitui mais um objeto de estudo do que um guia de análise da sociedade paulista da segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Júlio Ribeiro; Republicanismo; Polêmicas; Ilustração; Capital Intelectual; Literatura; Leitura como Prática Social.

SILVEIRA, C. R. da. *Erudição e ciência: as procelas de Júlio Ribeiro no Brasil oitocentista*. Assis, 2005. 240 p. (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista.

ABSTRACT

This thesis aims to elaborate a conjugated analysis of Júlio Ribeiro's path based on his practices in the letters field and in his social relationships in the State of São Paulo, between the 1870's and 1890's.

In a context marked by the absence of an autonomous literate field, the author studied was a typical example of the scholar, as he worked as a teacher, a journalist, a publicist and a fictionist — in a word, he was a man of letters in the strict sense of the word. However, the preponderant image that crystallized of him was that of the author of a novel reckoned obscene — *A Carne (Carnality - 1888)* —, elaborated by his contemporaries and perpetuated in the historical memory.

The present work also seeks to surpass that stigmatizing label, privileging his writings as a whole — which contain important traits of his path and, as they allow to get a less restricted vision of the author's performance, make possible to reconstitute his social relationships in the literate universe. Ribeiro shared in the experiences of the imperial regime's opponents from the generation of the 1870's, particularly the republican group from São Paulo; however, for personal and political reasons, he moved on to the dissidence of PRP (Republican Party of São Paulo). This divergence resulted in dispute with Alberto Sales in the State of São Paulo press. Both men made of the scientific/scholar repertoire their combat instrument.

In conclusion, in the exam undertaken in this study, Júlio Ribeiro has constituted a study object rather than a guide of analysis of the State of São Paulo society in the second half of the nineteenth century.

Key-words: Júlio Ribeiro; Republicanism; Controversies; Illustration; Intellectual capital; Literature; Reading as Social Practice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I. (DES) CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO HOMEM DE LETRAS	
1. A escrita como prática social	23
2. A trajetória de Júlio Ribeiro: tramas, dramas e infortúnios	30
2.1. Nas trilhas do protestantismo e da maçonaria: a experiência de Júlio Ribeiro em Sorocaba..	37
2.2. De “mercenário” a paladino da causa da civilização nos trópicos.....	59
2.3. O homem de letras entre o céu e o inferno	66
II. INTERVENÇÕES E POLÊMICAS: ENTRE OS INSULTOS DIFAMATÓRIOS E A ILUSTRAÇÃO	
1. Ativista da cultura republicana: a experiência de Júlio Ribeiro em Campinas.....	82
2. <i>O prazer de Satã</i>	103
3. <i>O D’ Alembert à brasileira</i>	118
4. <i>... quem o alheio veste na praça o despe</i>	128
5. <i>Pastores por pastores, antes os velhos</i>	140
III. O “QUARTO MOSQUETEIRO”: IMAGEM DE UM REPERTÓRIO	
1. O polêmico: imagem “naturalizada”	162
2. <i>Aquilo que se gasta nos estudos jamais se desperdiça</i>	167
3. (Re)Construção da identidade do “intelectual” revoltado: os textos biográficos	183
IV. “UMA MENTE ENFERMA”: IMAGEM PERPETUADA	
1. A produção de arquétipos e classificações: a crítica literária	193
2. Espaços de “lutas” simbólicas: crítica, autores, leitores e editoras.....	204
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	230
CRONOLOGIA	238
ÍNDICE E CRÉDITO DE ILUSTRAÇÕES.....	241

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo Júlio Ribeiro (1845-1890). Seu nome é associado principalmente ao romance *A Carne*, publicado em 1888. Não obstante, o escritor, além da literatura, dedicou-se à filologia, à retórica, à história, entre outras áreas. Ele atuou prolificamente no cenário das letras paulistas, no qual exerceu as atividades de publicista, jornalista e professor de afamados colégios da Província de São Paulo.¹ Nessas diferentes áreas e atividades, ele se empenhou para a construção de sua identidade social: a de “intelectual”. Por isso, considero que atrelar a imagem de Ribeiro exclusivamente à que foi produzida pela recepção do citado romance — a de autor “obscuro” e, por conseguinte, polemista — restringe a compreensão do seu significado no âmbito das letras paulistas da segunda metade do Oitocentos. Mais importante ainda a anotar é que as leituras sintéticas de *A Carne* elaboradas pela história e crítica literárias nublaram sua atuação, ou seja, fizeram com que o autor fosse visto muito mais sob o ponto de vista dessas leituras: afinal, morreu apenas dois anos depois da publicação dessa obra.

Entretanto, a nitidez da idéia acima exposta só foi se formando com os passos da pesquisa, mediante os quais fui adentrando o universo do autor: as crenças políticas professadas, seus escritos, suas relações sociais e familiares. Busco, aqui, entrelaçar esses e outros pontos ao campo letrado paulista das décadas de 1870 e 1880, à luz de sua trama sociocultural. Enfim, ao privilegiar a trajetória do autor,² busco responder a uma questão essencial do trabalho: sua “canonização” como combativo e polemista. Essa imagem seria

¹ Uma das marcas do autor foi, portanto, o interesse em tratar de vários gêneros e assuntos, como um intelectual típico do século XIX, “ilustrado” e eclético. Contudo, tal feição dos homens de letras não é aqui vista como manifestação de um amontoado de interesses e idéias num aspecto abstrato, mas relacionada às condições objetivas do universo letrado e aos assuntos que a conjuntura lhes sugere como tema a ser desenvolvido, seja de maneira explícita ou simbólica.

² Trajetória é usada, no presente estudo, no sentido dado por Pierre Bourdieu: “[...] A relação que se estabelece entre agentes singulares, e, portanto, seus hábitos, e a força do campo, relação que se objetiva em uma trajetória e em uma obra. Diferentemente das biografias comuns, a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário [...] isto é, relacionalmente, que se define o sentido dessas posições, publicações em tal ou qual revista, ou por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo etc.” BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 71. No entanto, no Brasil da segunda metade do século XIX não havia um campo literário autônomo, pois literatura, imprensa e política eram socialmente indissociáveis. Assim, considero que o termo “campo

tributária somente das leituras posteriores sobre o romance *A Carne*? Ou foi delineada no conjunto das intervenções, especialmente as empreendidas na imprensa? Ou, ainda, seus coevos teriam compartilhado dessa construção?

Definir Júlio Ribeiro é tarefa arriscada; pode resvalar em generalizações que pouco acrescentariam a seu estudo. Isso porque, além de ele ter tratado de diversos assuntos, ocupou posições variadas ao longo de sua trajetória no universo das letras. O que não permite caracterizá-lo de maneira unívoca, nem mesmo exigir-lhe coerência em suas intervenções. Com isso procuro distanciar-me da noção de universalidade que tantas vezes esteve presente nos estudos sobre autores — aspecto para o qual chama a atenção Pierre Bourdieu: “não existe definição universal de escritor e a análise nunca encontra mais que definições correspondentes a um estado da luta pela imposição da definição legítima do escritor.”³ É na busca pela coerência que se cria a idéia da impossibilidade de unir elementos díspares e contraditórios num mesmo autor. A despeito de haver diversos exemplos disso na caracterização de Júlio Ribeiro, separo um excerto, escrito por ocasião da comemoração do cinquentenário de sua morte, que ilustra esse tipo de posicionamento:

[...] Não conhecemos, em nossa literatura, alguém que seja tão difícil de julgar como Julio Ribeiro. Sua personalidade é interpretada, por uns, como sendo um escritor de escol, sabedor da língua, e um dos homens mais representativos de seu tempo; por outros, ao contrário, é tido como um paranóico, onde domina as idéias de grandeza e de perseguição, tornando-o um inadaptavel e um indesejado ao seu meio.⁴

letrado” expressa melhor a realidade de produção daquele momento e as práticas sociopolíticas e culturais nele vigentes.

³ BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 254.

⁴ PARANHOS, Ulysses. Júlio Ribeiro. **Folha da Manhã**, São Paulo, mar. 1940, grifo meu. (Conferência pronunciada na Academia Paulista de Letras). Arquivo Jolumá Brito. Arquivos Históricos do Centro de Memória – Unicamp – série 10 – Personagens – Pasta 344. Nas próximas referências, esse arquivo será citado somente como “Arquivo Jolumá Brito”, pois a pasta a que me reporto é a única relativa a Júlio Ribeiro.

As imagens sublinhadas no texto (“escritor de escol” e “idéias de grandeza”) não são, embora, pareçam, excludentes. O autor foi erudito na acepção mais fiel do termo e arvorou-se em conhecedor de uma ampla gama de conhecimentos. Essa última imagem se faz mais perceptível nos momentos em que sua legitimidade intelectual era posta em questão. Na tentativa de realizar uma interpretação do(s) significado(s) de suas práticas letradas, considero primordial situar qual era a condição do autor no campo letrado e, assim, apreender suas especificidades. Para tal, optei por organizar suas intervenções conforme o seu trajeto espacial: Sorocaba, Campinas e São Paulo. Essa escolha não se deu para atender a uma linearidade cronológica, mas porque entendo que nesses lugares o autor encontrava-se em posições distintas no campo letrado, as quais possibilitam demarcar a variação de suas intervenções na luta pelo reconhecimento.

Essa busca de reconhecimento não se atribui exclusivamente à suposta vaidade do escritor: estava ligada sobremaneira ao sentido que as letras tiveram em sua trajetória — delas dependiam suas atividades. Apesar de o magistério ser uma ocupação não diretamente ligada ao trabalho com a pena, o reconhecimento no universo letrado também era um dos fatores importantes para a admissão nos colégios bem conceituados da Província de São Paulo. Para Ribeiro, portanto, o capital “intelectual” constituía sua ferramenta de trabalho.

A associação estrita estabelecida entre Ribeiro e as letras pode parecer inapropriada num período em que não havia um campo intelectual “autônomo”, no qual um escritor pudesse viver exclusivamente da escrita, isto é, torná-la sua profissão. Esse foi o dilema vivido pelo autor em estudo e alguns de seus coevos. Ademais, em seu caso, adquiriu contornos precisos: desprovido de capital econômico, sem ascendência aristocrática, nem de famílias proeminentes, que haviam se enriquecido há poucas décadas, e ainda sem o título de bacharel, era o capital letrado, para ele, um bem

precioso. Nessa situação, a bagagem de conhecimentos era um recurso indispensável; entretanto, para ser conhecido e reconhecido, era necessário materializá-lo, ou seja, ser autor. Obter essa chancela, no entanto, não dependia somente do mérito intelectual: também as relações sociais travadas no universo das letras conferiam espaço para o reconhecimento. Essa circunstância tornava o campo letrado o espaço por excelência das lutas simbólicas.

Nesse aspecto, a imprensa era o cenário de batalhas apaixonadas e envolventes que muitas vezes se transformavam em verdadeiros “combates bélicos” de idéias. Júlio Ribeiro e outros contestadores da época, além de terem-se apropriado do repertório científico estrangeiro como suporte para a discussão de temas que consideravam essenciais em sua oposição ao regime imperial, incorporaram-no como valor ético e científico das polêmicas. As idéias eram tomadas como instrumentos de aprimoramento da cultura e da luta pela “sobrevivência” no âmbito das letras, conforme a concepção evolucionista da “seleção das espécies” de Darwin.⁵

Essa e outras matrizes científicas européias estão presentes no conjunto da obra de Júlio Ribeiro, pois, nela o autor busca romper com o pensamento religioso, em defesa de uma visão laica do mundo. Nos romances, em especial n’*A Carne*, as ciências naturais foram a referência de sua narrativa, afastando-se abertamente do modelo romântico. Nos textos da imprensa, não foi diferente: propugnou a secularização da política e do pensamento. No que tange ao estilo da escrita, seus textos jornalísticos não romperam com a tradição da retórica — que foi mesclada ao vocabulário das ciências — pois ela era também um instrumento de persuasão.

⁵ A esse respeito, consultar: VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Com base nas polêmicas encetadas por Sílvio Romero, o autor empreende uma análise dos letrados do final do século XIX e XX, associada à formação da crítica literária e do pensamento social brasileiros.

Neste trabalho privilegio as intervenções de Ribeiro na imprensa, porém não deixei de evocar, em alguns momentos da análise, seus textos literários. A opção por esse caminho se deveu ao fato de essa produção não ter sido submetida a uma análise sistemática. Ainda mais porque a considero fundamental para poder apreender a construção da idéia do autor como figura polêmica no percurso de sua atuação. Além disso, os textos na imprensa trazem referências das relações sociais tecidas e de seus posicionamentos no debate político da época, elementos que permitem matizar a condição de Ribeiro no campo letrado.

Com suas intervenções e posicionamentos políticos — na imprensa de Sorocaba e com seu ideário republicano, subseqüentemente —, somados a seus méritos intelectuais, Ribeiro inseriu-se no círculo das letras da província. Todavia, os limites impostos pela própria estrutura desse universo, como sua forte ligação com a política, fizeram com que a trajetória do autor fosse pontuada por tensões e conflitos. Era exatamente dessa situação que emanavam suas leituras do próprio significado das letras no último quartel do século XIX. Mesmo levando-se em conta que o traço peculiar desse período era a inexistência da autonomia intelectual, é possível conferir gradações aos diferentes significados de ser um homem ligado às letras no Brasil.

O presente trabalho busca mostrar que as intervenções textuais de Ribeiro denotam sua busca “incansável” da sobrevivência pelo manejo da pena e que disso resultava também a importância conferida pelo escritor à legitimação no universo letrado da época. Nesse sentido, o trabalho de construção de sua imagem apegou-se ao traço da polêmica como forma de se impor no debate político. No entanto, essa tomada de posição não se explica pelo “temperamento” do autor, como quiseram seus biógrafos, ou seja, por uma maneira de se expressar que desde sempre estivesse inscrita nele.

Devia-se muito mais às reduzidas oportunidades para um homem de letras que não compunha os quadros da elite imperial.

Nos decênios de 1870 e 1880, a atividade política de propaganda dos republicanos paulistas estava empenhada em criar espaços alternativos de visibilidade, mediante a fundação de diversos jornais independentes das instituições imperiais — como a *Gazeta de Campinas* (1873), *A Província de São Paulo* (1875) e o *Diário Popular* (1884) —, os quais, de certo modo, representavam novas oportunidades profissionais. Isso, não significava que as redes de relações e identificação com o ideário político republicano estivessem fora dos critérios a serem levados em conta nesses novos espaços de expressão e de trabalho. O autor em estudo é um exemplo. Para a admissão de Ribeiro no Colégio Culto à Ciência não foram somente os seus méritos como filólogo e latinista que contaram, mas sobretudo o fato de ele ser republicano.

As intervenções polêmicas de Ribeiro só podem ser compreendidas, se forem tomados em consideração os elementos de sua trajetória, ou seja, suas experiências sociais e pessoais no mundo letrado da época. Pode-se dizer, assim, que foi essa vivência que desencadeou uma atitude de combate ao regime imperial. Esse assunto abordo no **Capítulo I**, no qual situo a experiência de Júlio Ribeiro na imprensa sorocabana, suas relações com o protestantismo e com um grupo de maçons das tendências liberal e republicana. Associa-a ao movimento maçônico mais amplo de contestação da Monarquia. Em Sorocaba, Ribeiro dirigiu *O Sorocabano* (1871-1872) e a *Gazeta Commercial* (1874-1875). Nessas atuações, saliento sua defesa da secularização religiosa, da ciência e da técnica como meios de civilizar o País. Procuo, ainda, mostra como ele elaborou imagens díspares sobre a imprensa no Brasil, tomando como parâmetro os seus êxitos e fracassos. Ao tratar desses temas, externou suas críticas ao regime imperial.

No **Capítulo II**, pretendo inicialmente mostrar que, mesmo tendo-se posicionado como um dissidente dos republicanos paulistas, Júlio Ribeiro comungava do mesmo substrato intelectual proporcionado pelas teorias científicas e pela moderna ciência política, que serviam como repertório para se elaborarem os diagnósticos e intervenções necessárias para “civilizar” o País. Os republicanos proclamavam-se opositores do cânon intelectual da tradição imperial, marcado pelo academicismo, o indianismo e o romantismo que legitimavam a política saquarema. Foi exatamente pela maneira com que os perrepistas de São Paulo conduziram a discussão sobre a escravidão e o regime político republicano — pela via “oportunista” — que Ribeiro se postou como detratador das figuras mais emblemáticas do republicanismo paulista. Ao endereçar suas críticas, elaborou verdadeiras caricaturas verbais e vinculou a maioria de suas polêmicas às questões conjunturais e pessoais. Enfim, foi a experiência social de Ribeiro que requisitou sua atuação, e nela é possível apreender o sistema de valorização segundo o qual o autor foi julgado.

O terceiro e o quarto capítulos enfocam as leituras a respeito de Júlio Ribeiro como um campo que outorga significados, sejam celebrativos, sejam estigmatizantes. No **Capítulo III**, focalizo as análises biográficas como portadoras de mecanismos que evidenciam processos de apropriação das imagens que Ribeiro produziu de si, sem levar em conta a prática social do escritor presente em seus textos. Trata-se, na verdade, de uma imagem de “intransigente” e “polemista” naturalizada. Além de terem permitido mostrar que a polêmica foi selecionada como a razão de ser da existência do autor, as biografias foram tomadas como fontes informativas, sobretudo a de José Aleixo Irmão,⁶ que traz a correspondência entre Ribeiro e sua mãe, a qual ensejou a reflexão a respeito das motivações que conduziram o escritor à carreira letrada. No caso da história e da

⁶ IRMÃO, José Aleixo. **Júlio Ribeiro**: discurso de posse do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Sorocaba, [S.l.], [s.d].

crítica literárias, que compuseram o material usado para a elaboração do **Capítulo IV**, os mecanismos de apropriação também estão presentes, só que para marcar distinção em relação à imagem construída nos textos biográficos, na medida em que evidenciam atributos negativos na literatura ribeiriana, especialmente na leitura que realizaram de *A Carne*. Uma terceira leitura também produziu uma representação de Júlio Ribeiro: a da recepção do “grande público” e das editoras, que foi examinada neste trabalho com o intuito de mostrar os contrastes em relação àquela realizada pelo campo especializado da crítica literária.

I. (DES) CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO HOMEM DE LETRAS



A última photographia do saudoso philologo, tirada no anno do seu fallecimento

1. A escrita como prática social

*Nada há que tanto desanime o homem como o ter de lutar sem companheiros, como ter de ser contra todos.
Faz-se mister força...*

Júlio Ribeiro, **A Procellaria**, 30 de janeiro de 1887.

Era 14 de abril de 1845 na pequena cidade mineira de Sabará. Nascia, nesse dia, Júlio Ribeiro Vaughan, fruto de um amor entre a mineira Maria Francisca da Anunciação Ribeiro — professora de primeiras letras, religiosa e esmerada nas prendas domésticas — e do norte-americano George Washington Vaughan — artista e pequeno empresário de circo que, em suas andanças pelo Brasil, percorrendo o interior do País, enamorou-se de Maria Francisca. Naquele contexto dos anos 1840, mais especificamente em 1844, o namoro entre uma filha de Sabará, que todos conheciam, com um artista, ainda mais estrangeiro, não era nada convencional em relação aos costumes dos habitantes do município, os quais casavam seus filhos com parentes ou filhos de compadres. Esse fato veio, assim, a perturbar a vida social da cidade. Visto como excêntrico e, por isso, ofensivo aos hábitos sabarenses, o namoro passou a ser o assunto principal entre os moradores:

A princípio comentava-se o fato a boca pequena. Depois ninguém mais fazia segredo, e o tema transbordou-se e tomou conta de todas as conversas de rua e de roda, às portas da igreja, na farmácia e nos serões entremeados de chá e broa mineira de grossa carapaça.

Os velhos, [...] apegados à tradição de apenas casarem as filhas com parentes ou com rapagões filhos dos compadres; os velhos mineiros, aquecendo-se à réstia do sol, à porta de suas vivendas solarengas, em ouvindo a triste história desse amor estúrdio, a cabeça meneavam, e passando nos lábios, para amaciar, a palha do cigarro que faziam, comentavam, pesarosos, não haver caso semelhante em memória daquele povo.¹

¹ IRMÃO, José Aleixo. **Júlio Ribeiro**: discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Sorocaba: [S.l.], [s.d.], p.13. Nessa mesma direção, Dornas Filho apresenta George Washington Vaughan como

Dessa história de amor tão contrariada e comentada por fugir aos padrões familiares do Brasil oitocentista, veio ao mundo Júlio Ribeiro. Foi batizado “[...] na matriz de Sabará, no dia de Corpo de Deus, a 22-5-1845, sendo padrinhos Antonio da Silva e d. Mariana Antonia da Silva [...]”.² No rito de batismo recebeu o nome de “Julio Cesar Vaughan”. A herança do sobrenome paterno, no entanto, não significou a participação de George W. Vaughan na educação do filho e no convívio familiar. O artista americano continuou viajando com sua companhia de circo e, ao que tudo indica, abandonou mulher e filho.³ Coube, assim, a Maria Francisca sozinha a criação e educação do filho, isto é, suprir a ausência do pai, desde o afeto, os aconselhamentos, até os recursos materiais. A presença materna foi, portanto, efetiva na educação de Júlio Ribeiro e, ao mesmo tempo, crucial para seu encaminhamento às letras.

É compreensível, portanto, que o escritor tenha rejeitado mais tarde o sobrenome do pai e que esse legado não integrasse a construção da identidade social de Ribeiro. Desde sua adolescência, momento em que se ausentou do convívio materno para estudar no colégio religioso de Baependi (MG), não assinava o “Vaughan”, como é possível observar nas cartas que endereçou a Maria Francisca. Subtraiu também o “Cesar”, conforme se pode verificar em declaração publicada na *Gazeta Comercial*, de Sorocaba, em 1875. Na época, era diretor e redator-chefe do mencionado jornal:

[...] Júlio Ribeiro. Desde 1872 assim assinamos; temos todavia continuado a receber cartas com endereço de Julio Cesar Ribeiro. Como isso pode trazer complicações reiteramos a declaração de que nosso nome

um “[...] boêmio e estúrdio americano da Virgínia, artista de circo de cavalinhos, que procurou o Brasil na primeira metade do século passado [XIX].” DORNAS FILHO, João. **Júlio Ribeiro**. Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira Ltda, 1945, p.9. Com um tom apologético, os autores traçam o percurso de Júlio Ribeiro e cobrem fatos de sua vida que vão do nascimento à morte do autor. Por isso, esses livros são considerados, aqui, biografias no sentido mais comum do gênero. Ocupar-me-ei mais detidamente da construção da imagem de Ribeiro, presente nesses textos, no terceiro capítulo; aqui serão tomados como fontes informativas da trajetória do escritor.

² Apud IRMÃO, op. cit., p. 15.

³ Existe uma carta de George W. Vaughan para Maria Francisca datada de 1856. Após essa data, não se encontra nenhuma referência a ele na correspondência que Júlio Ribeiro manteve com a mãe. As cartas trocadas entre o escritor e Maria Francisca compõem a análise de um outro capítulo, no qual se faz a associação entre a história familiar/afetiva de Ribeiro e a sua opção pela carreira das letras.

é — Julio Ribeiro —, e pedimos aos colegas de imprensa a transcrição das presentes linhas para conhecimento de todos.⁴

O “Ribeiro”, de linhagem materna, substituiu, portanto, o sobrenome do pai ausente. Foi dessa maneira — assinando simplesmente “Júlio Ribeiro” — que se criou uma identidade social de escritor, professor e homem de imprensa.

Pode-se indagar: por que dar destaque às alterações que o escritor ora em estudo fez em seu nome de batismo? Na verdade, o ato de publicar declaração para informar o público a respeito de sua assinatura não deve ser visto como mero capricho. Denota antes sua preocupação em “registrar” uma marca para seu reconhecimento como homem de imprensa e escritor — ou seja, para demarcar uma essência social. Nesse período, Júlio Ribeiro ainda não havia atuado nos principais jornais da Província de São Paulo e, portanto, não havia estreitado laços profissionais e pessoais com as figuras de proa da imprensa da capital da província e de Campinas (SP) — as quais atuavam como divulgadoras do republicanismo e do Partido Republicano Paulista (PRP). Suas ações estavam mais restritas ao interior da província, especialmente a Sorocaba, onde atuou como homem de imprensa até meados da década de 1870. Assim, o nome que Ribeiro quis sublinhar não era um nome próprio qualquer, mas uma designação por meio da qual almejava inscrever e delinear uma marca de letrado. De fato, foi por referir-se ao escritor que esse nome carregou os adjetivos de reconhecimento, mas também da estigmatização.

Deve-se levar em conta que, para a compreensão da trajetória “intelectual” de Júlio Ribeiro, é inconcebível separar do nome de autor o nome próprio, ou seja, o sujeito da obra dos dados biográficos. Isso porque, tanto no âmbito “estrito” de sua produção quanto no da esfera de seu reconhecimento por outros, as intervenções e tomadas de posição do homem/escritor no cenário sociocultural da época se enredaram na trama de sua experiência individual e social. Em síntese, o nome próprio e o nome de autor foram

⁴ RIBEIRO, Júlio. **Gazeta Commercial**, Sorocaba, 24 abr. 1875. Apud IRMÃO, op. cit., p.204.

instâncias que se mesclaram; afinal, seus escritos, fossem os do jornalista, fossem os do romancista — forma pela qual ele se expressou e se posicionou frente ao debate político —, constituíam os dados à disposição do universo letrado a partir dos quais se podia elaborar certa imagem de Júlio Ribeiro. Sobretudo, sua condição de homem de imprensa e professor dava-lhe o atributo de “homem público”, tornando ainda mais visadas suas atitudes. O nome de autor e o nome próprio, nesse aspecto, misturaram-se muitas vezes, embora nem sempre questões pessoais tenham sido, para Júlio Ribeiro, motivo para o desencadeamento de polêmicas.

Em outros termos, desvincular o nome próprio (ou biológico) do de escritor (ou social) — por esse último ter sido construído com base num determinado trabalho empreendido por Júlio Ribeiro — pouco acrescenta; por isso aqui se toma sua escrita como prática, e não simplesmente como manifestação de idéias e/ou sintomas diretos de uma realidade, isto é, diretamente integrada num contexto sociopolítico e nas relações que estabeleceu no âmbito das letras, relações essas que forneceram subsídios a suas intervenções. Em suma, elide-se o hiato entre vida e obra. Também se inverte a noção determinista de que a obra reflete o temperamento de seu autor, privilegiando a compreensão do mundo social onde se produziu a obra ribeiriana.

Ocupo-me aqui da trajetória de Júlio Ribeiro como professor, homem de imprensa e escritor — enfim, de homem letrado. Por meio dessas atividades, estabeleceu relações no universo letrado da época, das quais resultaram suas interpretações e opiniões acerca dos diversos temas em pauta naquele período, como: escravidão, abolição, instrução, política partidária, religião, entre outros. Em decorrência dessa prática “intelectual” e, ao mesmo tempo, política — por não se constituir um campo literário autônomo, toda manifestação “intelectual” era logo transformada em questão política — é que se formaram as imagens relativas ao escritor em questão: positivas e reverentes por parte de alguns, negativas e injuriosas por parte de outros. Foi esse mecanismo que produziu a

identidade individual e social de Júlio Ribeiro. Trata-se daquilo a que Foucault se refere como “jogo de representações que configuram uma certa imagem de autor”,⁵ que, no ver do estudioso francês, impediria qualquer teoria sobre autor e obra. Por conseguinte, não se pretende elaborar aqui uma teoria explicativa sobre Júlio Ribeiro, mas mostrar os elementos que concorreram para a gestação da imagem do homem de letras, especialmente a do “polemista intransigente”. Essa gestação não consistiu somente nas representações criadas em torno do autor, pois ele participou da produção de sua própria imagem. Por esses motivos, apresentar a trajetória de Ribeiro é um procedimento importante e indispensável para a compreensão de sua identidade social de escritor.

Assim, em vez de apresentar o escritor em estudo por intermédio de seus textos e dos assuntos neles presentes, considero mais profícuo e pertinente às idéias que vimos expondo tratar inicialmente da experiência individual e social de Júlio Ribeiro no contexto da segunda metade do século XIX, porque foi essa vivência que suscitou suas intervenções textuais. Com esse procedimento, buscamos opor-nos às noções abstratas de “campo de idéias” e/ou “doutrinas filosóficas” na interpretação dos últimos decênios do século XIX. Essas noções foram muito bem expressas por Sílvio Romero, quando se referiu a um “movimento novo” ensejado pela importação de um “bando de idéias novas” que “pululavam” na mente dos letrados no Brasil.⁶ Essa visão, posteriormente, foi tão celebrada no e pelo pensamento social brasileiro, que se tornou um “paradigma” de análise das transformações ocorridas a partir do decênio de 1870, como a criação do partido republicano, a abolição, a própria instauração da República, etc., as quais foram consideradas, então, resultantes diretas daquele “bando de idéias novas” mencionado por Romero. As teorias científicas fizeram parte do ideário político da geração de contestadores do regime imperial, porém seu uso estava subordinado às questões de cada

⁵ FOUCAULT, Michel. **O que é um o autor?** 4.ed. Lisboa: Veja, Passagens, 2000, p. 41.

⁶ ROMERO, Sílvio. Explicações indispensáveis. In: BARRETO, Tobias. **Vários Escritos**. [S.l.]: Editora do Estado de Sergipe, 1926.

grupo, isto é, as noções eram readaptadas, de acordo com as circunstâncias e os interesses políticos das facções que questionavam o *status quo* imperial.⁷ Por isso, o movimento da geração de 1870 é visto por Angela Alonso como um “movimento político”, que não se restringiu às manifestações literárias.

Para compreender o conteúdo da produção ribeiriana, é primordial, pois, situar seu autor nesse movimento de contestação — que envolveu grupos de tendências políticas heterogêneas —, uma vez que suas intervenções textuais se nutriram da oposição que fazia ao regime imperial e, sobretudo, de suas divergências com os republicanos paulistas na maneira de encaminhar o debate sobre a República e a escravidão. Por esse aspecto, insistimos em reafirmar que sua produção literária e jornalística é vista como prática social. Isso porque, como se procurará indicar, Júlio Ribeiro realizou uma interpretação do Brasil, diagnosticou problemas, apontou soluções com vistas a um projeto civilizatório e, sobretudo, ocasionou intervenções de seus coetâneos em relação às posições que sustentava.

Na (re)constituição do percurso “intelectual” de Ribeiro que aqui faremos, serão examinadas, portanto, as discussões presentes no universo letrado das últimas décadas do século XIX.⁸ Pois é na inserção do autor no debate de contestação do regime político e na mobilização de outros discursos que o intervalo entre vida e obra é suprimido. Ainda que não de forma direta e/ou deliberada, existe uma auto-representação nos textos de Ribeiro que indica o lugar social de onde o autor lançava suas intervenções e a partir do qual é

⁷ Valho-me da discussão realizada por Angela Alonso, que defende a tese de que a produção intelectual da geração de 1870 foi uma forma de contestação política: “O movimento intelectual não esteve voltado para um debate doutrinário alheado da realidade brasileira, nem visava formular teorias universais. A hipótese deste trabalho é que a unidade do movimento foi política, fruto de uma experiência compartilhada de marginalização em relação aos postos de mando do Segundo Reinado. Neste livro procuro demonstrar que o movimento intelectual da geração 1870 recorreu a componentes do repertório da política científica e à tradição nacional em busca de instrumentos de crítica intelectual e de formas de ação política para combater as *instituições, práticas, e valores* essenciais da ordem imperial. [...] Para enfatizar a dupla face, política e intelectual, da contestação, chamo o movimento intelectual de *reformismo*.” ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.45. Essa discussão integrará o capítulo II.

⁸ Para Foucault, a função do autor consiste em “[...] caracterizar a existência, a circulação e a operatividade de certos discursos numa dada sociedade.” Cf. FOUCAULT, op. cit., p.41.

possível verificar as posições sociais ocupadas por esse escritor no mundo letrado paulista do Segundo Reinado.⁹ Isso reitera a importância da trajetória de Ribeiro para a compreensão de sua produção como leitura e intervenção políticas no cenário brasileiro nas décadas de 1870 e 1880.

Em 1871, aos 26 anos de idade, no início de sua carreira na imprensa paulista, particularmente em Sorocaba (SP), na condição de editor e redator do jornal *O Sorocabano*, Júlio Ribeiro afirmou que a linha a ser seguida pelo periódico por ele editado se explicitava no lema “*Quem bonum civem secernere sua a publicis consolia?* (Titus Livius, IV, 57)”¹⁰ — “que bom cidadão separa as suas aspirações particulares das públicas?”. De forma geral, a adoção desse *slogan* denota não haver distinção clara entre o público e o privado na sociedade brasileira oitocentista, e essa característica, quando vista como eixo no qual se desenvolverão as atividades do jornal, demonstra, de maneira específica, como Ribeiro encarava a tarefa do jornalista naquele momento: a de defesa da sociedade com base em suas crenças pessoais como cidadão político. Ao jornalista competia, a seu ver, colocar suas “aspirações” como cidadão a serviço do bem comum, sem jamais corromper esse princípio. Afinal, o trabalho de cada indivíduo era importante na luta pela causa coletiva — o que, em parte, explica não haver separação entre notícia e comentário no jornalismo daquele momento. O uso do mencionado lema pode ainda

⁹ Foucault chama a atenção para uma escrita de si, não no sentido de gênero literário, mas como figura de compreensão presente em algum grau em todos os textos. A esse respeito, ver: FOUCAULT, op. cit. É preciso esclarecer que, nos últimos anos, essa visão sobre a escrita de si vem sendo reavaliada. Nota-se um crescente interesse de pesquisadores de diversas áreas (como educação, literatura e historiografia) nas práticas culturais da “escrita de si”: arquivos pessoais, cartas, diários, autobiografias, etc., não somente como fontes, mas sobretudo como objeto de estudo. Com relação a esse aspecto, ver: GOMES, Angela (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Essa autora salienta que só é possível referir-se à produção de si a partir do momento em que o indivíduo produz, deliberadamente, uma memória de si. Cf. Id. ib., p.10-11. No caso do objeto de estudo desta tese— Júlio Ribeiro —, a despeito de se lançar mão, em vários momentos do trabalho, à correspondência que manteve com familiares, especialmente com a mãe, isso não permite desenvolver a análise desse material de acordo com a concepção de “escrita de si”, pelo fato de o escritor, em vida, não ter manifestado o desejo de que sua existência fosse alvo de interesses póstumos, pois não deixou nenhuma biografia de seu próprio punho, nem encomendou a outrem essa “escrita de si” no sentido próprio do gênero, nem organizou arquivos sobre sua trajetória. No entanto, em seus textos, especialmente os jornalísticos, existem marcas de seu percurso particular, nas quais Ribeiro reitera a preocupação com a imagem que seus pares faziam dele.

¹⁰ Apud IRMÃO, op. cit, p. 63.

ajudar a esclarecer por que Ribeiro fez de questões pessoais motivos de polêmica. Assim, não é difícil entender por que as controvérsias, como já se mencionou aqui e das quais se tratará mais detidamente no capítulo seguinte, transformavam-se em eventos políticos.

Entretanto, é preciso esclarecer que, nesta parte do trabalho, pretende-se situar a experiência individual de Ribeiro, cuja significância sobressairá no momento em que forem postos em diálogo seus escritos com o de seus contemporâneos. Eis, então, a experiência de Júlio Ribeiro em seu caráter ambivalente, na qual nome próprio e nome de autor se mesclaram para a constituição da figura do homem de letras.

2. A trajetória de Júlio Ribeiro: tramas, dramas e infortúnios

“Minha querida mãe. Eu sou um homem de dores, experimentado em trabalhos.”¹¹ Essas foram as palavras endereçadas por Júlio Ribeiro à mãe em carta datada de outubro de 1888, época em que morrera um de seus filhos, “o *Julhinho*”, acometido pela “*Kholerina*”.¹² Esse episódio da morte do filho veio somar-se a outras perdas que marcaram a vida do escritor: o abandono do pai, a morte de Sofia, sua primeira mulher, em 1879, e as dos três filhos desse casamento.¹³

¹¹ Carta de 30 de outubro de 1888. Apud IRMÃO, op. cit., p.199.

¹² “Julinho”, como era chamado por Ribeiro, nascera de seu segundo casamento com Belisária Augusta do Amaral. Segundo Othoniel Motta, o escritor a conheceu numa viagem a Capivari, durante a qual teve como: “[...] companheira de vagão a formosa d. Belisária do Amaral, prima de Amadeu Amaral, que naquele tempo era menino de cinco anos, e de Rubens do Amaral, que ainda não existia. D. Belissari, bela, inteligente, espirituosa e possuidora de um imenso coração, cativou o coração de Julio. Naquela viagem selou-se o destino de ambos.” Cf. MOTTA, Othoniel. Júlio Ribeiro. **Folha da Manhã**. São Paulo, 15 abr. 1945. Arquivo Jolumá Brito.

¹³ Embora não haja informações explícitas sobre a doença que a acometeu, tudo indica que sofria de tuberculose. “No dia 30 de julho, pelas 10 horas, faleceu d. Sofia Aureliana de Souza Ribeiro”. Foi enterrada em Sorocaba, sua terra natal, com grande acompanhamento: “[...] tocou marchas fúnebres a banda *Sete de setembro*. Antes de baixar ao túmulo, no cemitério acatólico, falou Alberto de Araújo, despedindo-se dos amigos.” Araújo era membro da loja maçônica *Constância* de Sorocaba. Ribeiro, quando estava nessa cidade, era filiado à loja *Perseverança III*, que foi criada em 1869, em razão de cisões políticas internas na loja *Constância*. Esse aspecto é tratado logo adiante. Cf. IRMÃO, op. cit., p. 242. Sobre a morte dos três filhos, João Dornas Filho faz esta pequena referência: “[...] Casado, logo enfermara, perdendo a primeira esposa e três filhos seguidamente.” Cf. op. cit., p. 24.

Além da perda de entes queridos, ele próprio estava, de certa forma, “condenado” à morte por ser tuberculoso. Com efeito, depois da morte do filho, em fins da década de 1880, agravou-se seu estado de saúde, o que o levou a procurar um lugar de clima que favorecesse sua recuperação. Deixou, então a cidade de São Paulo em direção a Santos, onde residiria com a família em 1890, no porão da casa do amigo e compadre Luís de Matos.¹⁴ Viria a morrer no final desse mesmo ano.

Ao designar a si mesmo como “homem de dores” na intimidade do refúgio maternal, Júlio Ribeiro mostra uma face de seu percurso que parece ser a chave da leitura que fez de sua vida. Isso porque essa imagem de infortunado não se restringe às confissões feitas a entes queridos, mas também se expressa em seus textos jornalísticos — embora sempre limitada a episódios que feriam sua hombridade e/ou sua capacidade intelectual —, nos quais fazia questão de sublinhar que era um homem íntimo conhecedor do fracasso. Afirmava, no entanto, que até a desgraça lhe era honrosa, como pode ser apreendido nesta afirmação de despedida do jornal *A Gazeta Comercial*: “[...] De fato, há alguma coisa de grandioso, de solene, de sagrado até, no fracasso estertoroso do cedro que tomba, no último suspiro de um moribundo, na derradeira irradiação de uma luminar que se extingue: é a glória da queda.”¹⁵

Foi por meio desse tipo de argumentação analógica, quase sempre marcada pela retórica — aliás bem ao estilo da época —, que o escritor foi construindo os significados de sua auto-representação, como poderá ser visto adiante. Não se nega que Ribeiro tenha vivido experiências traumáticas em sua vida pessoal e nem que seu trajeto de profissional das letras tenha sido pontuado por dificuldades e incompreensões. No entanto, é igualmente possível aventar que os percalços atuaram também como estratégias de

¹⁴ Esse nome figura entre os dos amigos a quem Ribeiro dedicou o romance *A Carne*, publicado em 1888: “Aos amigos Luiz de Mattos, M. H. Bittencourt, J. V. de Almeida e Joaquim Elias.” RIBEIRO, Júlio. *A Carne*. São Paulo: Editora Três, 1972.

¹⁵ RIBEIRO, Júlio. *Gazeta Comercial*, Sorocaba, 25 ago. 1875. Apud IRMÃO, op. cit., p. 192.

legitimação no meio letrado paulista da época. Mas por que fazer dos infortúnios capital simbólico? Para responder a essa indagação, é necessário indicar o lugar ocupado por Ribeiro na estrutura social da época e, sobretudo, seu lugar no âmbito das letras. Ao se “refazer” o percurso do autor, procurar-se-á responder a essa questão. Passemos, agora, à apresentação da experiência desse literato no cenário oitocentista da província de São Paulo.

Embora nascido em Minas Gerais, onde permaneceu até os vinte anos, Júlio Ribeiro adotou também São Paulo como sua pátria,¹⁶ integrando-se, no dizer de Dornas Filho, “definitivamente na vida, nas idéias e nos costumes paulistas”, a ponto de considerar-se “realmente paulista de velha prosápia”.¹⁷ Essa ligação afetiva com a província de São Paulo deu-se pelo fato de aí ter constituído família e desenvolvido sua carreira de homem de letras, com destaque para o exercício do magistério e do jornalismo em algumas cidades dessa província, conforme se observa na cronologia que Ribeiro fez de seu trajeto:

Nesta província tenho eu passado toda a minha vida de cidadão com direitos políticos: de 1866 a 1868 residi em Lorena; de 1868 a 1870 em Taubaté; de 1870 a 1876 alternativamente na capital, em S. Roque e em Sorocaba; de 1876 a 1882 em Campinas; de 1882 até hoje [1885] em Capivary.¹⁸

Essa recapitulação dos lugares onde residiu, feita em 1885, cinco anos antes de morrer, na cidade de Santos, serve de referencial para o acompanhamento de sua trajetória na esfera das letras no que toca às questões embutidas em suas preocupações sociopolíticas, bem como nas relações sociopessoais por ele estabelecidas nessas localidades, notadamente Sorocaba, Campinas e São Paulo, cidades onde efetivou sua prática política e literária — qual seja, a produção de textos, marcados, quase sempre, pelo

¹⁶ “Vivendo em Sabará e Pouso Alto até os vinte anos, onde, nas humanidades, já havia abeberado uma sólida e onímoda cultura, transferiu-se em 1865 para a Província de São Paulo [...]” Cf. DORNAS FILHO, op. cit., p. 11. E Aleixo Irmão relata o seguinte: “Se nasceu em Minas; se ali passou da meninice à adolescência, seria em São Paulo que sua inteligência e cultura iriam se expandir, alcançar êxitos retumbantes.” Cf. IRMÃO, op. cit., p. 55.

¹⁷ DORNAS FILHO, op. cit., p. 11.

¹⁸ RIBEIRO, Júlio. **Cartas Sertanejas**. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1908, p. 133-134, grifo meu.

matiz provocativo da polêmica. Esse matiz, contudo, não fazia parte de sua “natureza”, conforme quiseram seus biógrafos — que celebraram essa marca como integrante do caráter de Júlio Ribeiro, o que se divisará no Capítulo III. Na realidade, as polêmicas por ele suscitadas se associaram às suas condições subjetivas e objetivas frente ao universo das letras.

Quanto à rememoração que o escritor realizou de seu percurso pela província de São Paulo, deve ser salientada a ênfase dada por ele a seus “direitos políticos” adquiridos na região. Isso ainda remete ao vínculo do significado de cidadão com os ideais de liberdade civil e direitos políticos — ligação que fazia parte do repertório republicano de fins do século XVIII. A declaração de Júlio Ribeiro transcrita há pouco insere-se num momento crucial de seu embate com os republicanos de São Paulo, especialmente o de suas discordâncias em relação às posições que predominavam frente à escravidão e à implantação do regime republicano — posições essas vistas por Ribeiro como protelatórias. Esses aspectos tornam a mencionada declaração não só uma referência à espacialidade de sua trajetória, mas também, e sobretudo, um indício do lugar social ocupado naquele momento pelo escritor, isto é, de dissidente em relação ao encaminhamento partidário dos republicanos paulistas.

Apesar de ter anunciado aos jornais de São Paulo, em 1883, seu desligamento do PRP,¹⁹ foi em 1885 que externou publicamente suas críticas a essa agremiação política em artigos publicados no jornal *Diário Mercantil*, de São Paulo — intitulados *Cartas Sertanejas*, porque enviadas de Capivari à capital da província — e que desencadearam uma polêmica com Alberto Sales, doutrinador e teórico do republicanismo no Brasil, na época à frente do jornal *A Província de São Paulo*. Considera-se, aqui, esta data — 1885 — um divisor de águas na trajetória do escritor, tanto no que condiz a suas oportunidades profissionais no meio letrado, bem como a sua disposição para corresponder ao papel de homem avesso às convenções, ou seja, intransigente e combativo.

¹⁹ IRMÃO, op. cit., p. 281.

Por isso, talvez, tenha permanecido uma representação de Júlio Ribeiro que primou por destacar o aspecto republicano intransigente de sua atuação, aspecto esse que veio a ser reforçado com a publicação de seu romance *A Carne* (1888). Assim, o episódio com os republicanos foi definidor na vida do escritor, tanto para promovê-lo simbolicamente, quanto para dificultar o trânsito no domínio letrado republicano da província, e a polêmica não deixou de funcionar como instância que operou uma seleção ainda no presente do autor sobre as facetas de seu caráter mais importantes a serem destacadas e, portanto, capazes de estabelecer cortes e perfis relativamente a sua ação.

Partir do aspecto da polêmica, entretanto, é deixar para trás os fios que teceram a trama social em que se enredava o escritor; é tirar-lhe parte de sua experiência nas letras, levar em conta somente a visibilidade que a controvérsia com os republicanos lhe proporcionou, contribuindo para se produzirem imagens polarizadas a seu respeito.²⁰ Daí a importância de situar e focar sua atuação na imprensa antes de tratarmos de sua aproximação e rompimento com o grupo de republicanos paulistas, não a fim de obedecer a uma linearidade cronológica — como se sua atuação fosse uma etapa preparatória, tanto para seu amadurecimento como escritor, quanto para sua constituição como figura polêmica —, mas para tornar visível a rede de relações tecidas pelo jornalista nas interlocuções e contendas que empreendeu no cenário político, assim como para identificar os interesses e preocupações por ele manifestados no ambiente letrado da época.

Dos embates políticos nos quais se envolveu em Sorocaba, há uma sátira publicada pelo jornal *Ypanema*, em 1874, que nos dá uma medida da imagem construída a respeito de Júlio Ribeiro por seus coetâneos, em circunstâncias específicas de sua atuação na imprensa local: a defesa da Companhia Sorocabana. Essa atitude lhe rendeu a pecha de

²⁰ Essas representações polarizadas do autor serão mais bem esclarecidas adiante, ao desenvolvermos uma análise das leituras realizadas pelos seus biógrafos e pela crítica literária nos capítulos III e IV, respectivamente.

mercenário e, associada a ela, a acusação de leviandade nas posições e atividades — motivadas, segundo os detratores de Ribeiro, meramente por interesses pessoais. Eis a sátira:

Fui católico romano,
Hoje presbiteriano
E amanhã maometano
Se as circunstâncias exigir!...

Fui monarquista exaltado,
Republicano danado,
E hoje sou moderado.
Porque não posso tugar.

Já fui mestre e jornalista
Boticário e romancista
E ser médico tinha em vista
Mas tornei-me carnicheiro.

De Ashaverus tenho a sina,
Atirei-me com a medicina,
Fui em busca de outra mina,
Não quis mais ser boticário!

Nada mais de xaropadas
Vivamos a regulada,
Levemos vida folgada,
Que é vida de mercenário!²¹

A despeito de seu tom negativo na maneira de referir-se à inconstância profissional e político-ideológica de Júlio Ribeiro, esse poemeto satírico representa a realidade no que diz respeito às crenças religiosas a que o escritor se apegou e à diversidade de atividades que exerceu — o que mostra antes a dificuldade de impor seu nome no pequeno mundo das letras de São Paulo (ainda mais porque não possuía um diploma de bacharel), do que volubilidade de caráter. Essa situação não apenas se referia a uma condição particular do autor em estudo, mas é característica de um momento em que não havia estrutura para a profissionalização do

²¹ Apud IRMÃO, José Aleixo, p.106. O jornal *Ypanema*, de Sorocaba, era de propriedade de Manuel Januário de Vasconcelos, que também era seu editor; na época da sátira; seu co-editor era o bacharel Antônio José Ferreira Braga. Na direção da *Gazeta Commercial*, Júlio Ribeiro foi alvo de ataques do *Ypanema* em vários episódios, que serão mostrados adiante. Sobre a imprensa sorocabana, consultar: BONADIO, Geraldo. **A transição para o jornal diário em Sorocaba, SP (1842-1889): jornais, jornalistas e jornalismo de uma cidade do interior paulista, nos tempos do Imperador.** São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero.

homem de letras que lhe proporcionasse meios para viver exclusivamente da pena. Ao mesmo tempo, contudo, a atividade de escritor era capaz de trazer a consagração simbólica, que poderia ou não se converter em oportunidades profissionais. À época dessa sátira (1874), Ribeiro ainda não sobressaía no cenário das letras como autor de gramáticas da língua portuguesa — o que lhe daria posteriormente a consagração simbólica como grande filólogo do Império —, mas já havia iniciado a publicação, em folhetins, do romance *Padre Belchior de Pontes* no jornal *Gazeta Commercial*. Aliás, foi de seu trabalho nesse jornal que adveio o rótulo de mercenário. Enfim, a sátira evidencia que, antes das citadas altercações com Alberto Sales e da polêmica com o padre português Senna Freitas, causada pela publicação de *A Carne*, Ribeiro foi alvo de outras controvérsias, que, todavia, não alcançaram a mesma magnitude, isto é, não se tornaram eventos políticos. Isso, talvez, por terem sido veiculadas pela imprensa do interior da província, pelo fato de que Ribeiro não era ainda um nome tão conhecido nas letras paulistas e, principalmente, porque os interlocutores dessas polêmicas não tinham a representatividade político-intelectual que teriam os participantes dos embates posteriores.

Por sua vida turbulenta e multifacetada, Júlio Ribeiro realizou uma trajetória que dificilmente poderia ser captada em sua totalidade. Por esse motivo, alguns momentos de sua atuação aparecerão neste trabalho com o intuito de permitir a compreensão de parte de sua experiência. No presente capítulo, privilegiar-se-á sua atuação em Sorocaba.

2.1 Nas trilhas do protestantismo e da maçonaria: a experiência de Júlio Ribeiro em Sorocaba

Foi em Sorocaba, entre 1870 e 1876, conforme ele mesmo conta, que Júlio Ribeiro formou uma família e se tornou um homem de imprensa. Isso é relatado pelo próprio escritor no editorial em que se dedicou a despedir-se do povo sorocabano:

Prezamo-nos, povo sorocabano, como se entre vós tivéramos a dita de nascer; foi entre vós que escolhemos a companheira de nossos trabalhos, foi dentro de vossos terminos que ouvimos o primeiro vagido, que nos embelezamos no primeiro sorriso do filhinho querido. Em qualquer parte a que a fortuna nos arroje Sorocaba será sempre para nós uma lembrança grata, que não poderá enuvear [sic] a recordação do muito que sofremos.²²

Ribeiro atuou na imprensa sorocabana durante a primeira metade do decênio de 1870. De 1871 a 1872, foi editor do jornal *O Sorocabano*, cujo nome foi modificado para *O Sorocaba* depois de sua saída. O escritor permaneceria como colaborador desse jornal durante alguns meses. Ainda em Sorocaba, retornou à atividade jornalística como editor da *Gazeta Commercial* entre 1874 e 1875, que foi também a duração desse jornal.²³

O que levou Ribeiro a Sorocaba? Ao que parece, a missão religiosa da pregação do Evangelho. Com formação secundária no Colégio Jesuítico de Baependi (MG) e um repertório de leituras adquirido graças ao exercício autodidata,²⁴ o escritor foi nomeado professor público por meio de exame, em 1867, na cidade de São Paulo. Nessa ocasião, estabeleceu os primeiros contatos com missionários presbiterianos de origem americana e interessou-se pelo estudo da Bíblia, tendo expressado, mais tarde, ao reverendo Schneider que sua “fé se robustecia de dia em dia”, que a pregação lhe havia preenchido “o vácuo que

²² RIBEIRO, Júlio. **Gazeta Commercial**, Sorocaba, 29 set. 1875. Apud IRMÃO, **A Perseverança III e Sorocaba**: da fundação à proclamação da República. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 1999, p.171-72, grifo meu.

²³ Afora esses dois momentos em que residiu em Sorocaba, essa cidade foi sempre seu porto seguro, pois aí morava sua mãe. Fosse a passeio à casa materna, fosse para usufruir melhores ares para sua saúde, Júlio Ribeiro freqüentemente retornava ao mencionado município.

²⁴ Mais detalhes sobre sua formação e o significado que atribuía aos estudos podem ser obtidos no capítulo III.

desconsolava o peito”. “[N]ão sei que voz interior me diz ser eu um dos chamados, e um dos escolhidos”, declarou Ribeiro, que, portanto, vislumbrava uma missão a cumprir. Com esse sentimento, converteu-se ao protestantismo em abril de 1870: “[...] cerca de seis meses depois de ter assumido o pastorado, recebia o reverendo Chamberlain, em São Paulo, por profissão e batismo, um moço de vinte e cinco anos que veio a salientar-se na carreira das letras.”²⁵

O interesse de Ribeiro pelo presbiterianismo e sua conseqüente conversão inserem-se num momento em que o Brasil afigurava-se aos representantes do protestantismo um ambiente propício à propagação do Evangelho. Isso pode ser apreendido mediante a leitura do documento da décima reunião anual do Comitê Executivo de Missões no Estrangeiro realizada em 1871, durante a Assembléia Geral daquele ano em Colúmbia:

Em nenhuma parte do mundo papal o trabalho missionário é mais encorajador que no Brasil. A impressão que temos é que o prestígio do Romanismo diminuiu; o povo está ansioso por instrução; o governo parece acolher bondosamente os sentimentos dos missionários protestantes, e o evangelho está sendo pregado sem prejuízo ou impedimento. Em Campinas, o quartel general de nossas operações missionárias, o serviço de pregação está em constante aumento, assim como a Escola Dominical e a escola noturna para adultos, e muito de bom tem sido semeado no coração desse povo.²⁶

A despeito de a religião oficial do Brasil ser o catolicismo, as propostas educacionais dos missionários norte-americanos foram bem acolhidas em Campinas, não só pela elite intelectual, mas também por representantes das elites agrárias e comerciais dessa cidade. Num contexto de crescente romanização no interior da Igreja Católica, esse apoio era fundamental

²⁵ LESSA, V. T. **Anais da 1^a. Igreja Presbiteriana de São Paulo: 1863-1903**. São Paulo: Edição da 1^a Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo, 1938, p.17. Ainda conforme esses anais, foram também convertidos ao presbiterianismo sua mãe, Maria Francisca, e Joaquim, o escravo menor, que foi destacado como o primeiro escravo ali batizado.

²⁶ MINUTES of THE ASSEMBLY OF THE PRESBYTERIAN CHURCH IN THE UNITED STATES WITH APPENDIX. Columbia: Presbyterian Publishing House, 1871, p. 46. Apud ALBINO, Marcos. **“Ide Por Todo Mundo”**: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana: 1869-1892. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996, p.81. Esse estudo trata da iniciativa dos reverendos norte-americanos Morton e Lane na criação de um colégio em Campinas — o Internacional —, a qual foi apoiada pela elite campineira da época. O autor, embora não objetive elaborar uma história do presbiterianismo no Brasil, traz referências que historicam a presença dos presbiterianos no País na segunda metade do século XIX. Quanto a esse aspecto, importa destacar que os Reverendos Blackford e Schneider, com quem Ribeiro se relacionava, antes da pregação em Sorocaba, já vinham atuando em solo brasileiro: tinham criado, com o reverendo Ashbel Green Simonton — que havia chegado ao País em 1859 — a primeira igreja protestante de confissão presbiteriana no Brasil, em 1862, na cidade do Rio de Janeiro.

para a concretização do projeto educacional protestante. Coube aos intelectuais, por meio da imprensa, a divulgação das idéias inovadoras dos presbiterianos às elites campineiras.²⁷ A boa disposição em relação às concepções liberais, incluindo-se aí a iniciativa privada na instrução, não queria dizer que esses intelectuais se converteriam ao presbiterianismo; mesmo contrários a várias posições da Igreja Católica, os representantes da imprensa liberal republicana não deixariam de ser católicos.

Júlio Ribeiro não só se mostrou receptivo às idéias liberais dos presbiterianos, como também viu na leitura que faziam do Evangelho uma maneira de se reencontrar espiritualmente. É o que se pode notar na descrição que fez de sua conversão num pequeno bilhete registrado nos Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo:

[...] Levantei-me contra o Islamismo da Igreja Romana, tornei-me deísta e depois molercalista [*sic*]; até depravei minha alma lendo os antigos filósofos gregos; gostava de Thomas Volney, Voltaire, Byron e Renan, numa palavra — estava perdido. Cristo procurou-me, deu-me fé e disse-me: este é meu filho...²⁸

A devoção religiosa de Ribeiro ao presbiterianismo — demonstrada antes também em relação ao catolicismo, religião em que foi batizado (como se verá em outra parte do trabalho) — encerra, de certo modo, uma questão que não era somente de *foro* religioso, mas sintomática da busca de uma definição social para si. A religião foi um caminho que lhe abriu, ainda que indiretamente, possibilidades de relações sociais que foram importantes para o lugar que ocuparia na sociedade: a elite letrada paulista.²⁹

É preciso esclarecer, no entanto, que não foi pela religião que Ribeiro estabeleceu contato com o ideário liberal, o qual já fazia parte de suas crenças políticas. Sua conversão ao

²⁷ De acordo com Marcus Albino, esse apoio veio da *Gazeta de Campinas*, núcleo representativo da intelectualidade republicana, e também de jornais de tendências monárquicas, como *O Constitucional*. Esses jornais: “[...] favoreciam por meio de seus editais o *referendum* que necessitavam Morton e Lane junto à sociedade campineira para a aprovação de seus planos. Esses jornais se auto-propagavam representantes de um conjunto de idéias de vanguarda, apoiando a idéia do colégio dos presbiterianos [...] mas também tornavam públicas suas posições liberais ao defenderem a proteção das iniciativas privadas”. Cf. ALBINO, op. cit., p. 84.

²⁸ LESSA, op. cit., p. 30-31.

²⁹ A referência à elite letrada é feita, aqui, em seu sentido amplo. No decorrer do presente trabalho, aparecerão as posições ocupadas pelo escritor no escol das letras de São Paulo, pois as clivagens que se operaram ao longo de

presbiterianismo, acompanhada da prática religiosa, viriam, na verdade, a acentuar a defesa de temas que estavam em pauta no cenário político mais amplo, como a liberdade religiosa, assunto que estava entrelaçado à questão política da separação entre Estado e Igreja. Ilustrativo disso é que, alguns meses após ter abraçado o presbiterianismo, Ribeiro publicou, na seção “A Pedido” do *Correio Paulistano*, um artigo intitulado “Liberdade religiosa”, no qual atribuiu à religião de Estado:

[...] A fonte principal das miserias de uma nação [...] Sem religião não há sociedade, e com religião de Estado não há religião nenhuma [...] Um homem que tem a desgraça de nascer em um paiz onde há religião de Estado, tem de herdá-la forçosamente, como o filho do [ilegível] as úlceras de seu pae. Ou perder os mais caros direitos políticos e sociaes, ou ser religiosa á moda de quem o precedeu. Poucos têm a coragem de se relegar no meio da sociedade, de tornar-se paria civilizado [...]. Ninguém discute que religião há de abraçar, como também não se discute o uso da casaca preta e gravata branca. São injunções a que so não pode esquivar alguém: fugindo-se a esta, attendem-se ás conveniencias; escapando-se daquella, fica-se isolado. Ora, uma religião indiscutível, imposta, necessaria, atrophia a consciencia, mata os sentimentos. D’ahi essa descrença, essa falta de patriotismo, esse positivismo material que converte os estadistas em machinas de subir. D’ahi essa corrupção, de costumes, esse apego ás riquezas, esse enervamento moral que degrada os homens e amesquinha a grandeza do amor da familia e da sociedade. Fallam todos nos Estados-Unidos: o primeiro manancial da prosperidade [...] do progresso é a liberdade de que guia em materia de religião. Ahi se apurara os sentimentos, vitalisal-se a energia, recende-se o entusiasmo que [ilegível] por centenas de missionarios ardentes que, de Biblia em punho, [ilegível] até o coração da Asia e da Oceania. Tal requinte de fervor religioso não é e nem pode ser comprehendido no Brazil, ou em qualquer outro paiz que tenha religião de Estado. [...]³⁰

Observa-se, nesse excerto, que a crítica ao vínculo entre o Império brasileiro e o Catolicismo foi elaborada com base num forte apelo à experiência individual do próprio Ribeiro, ou seja, à sua condição, nesse momento, de protestante. Isso, a seu ver, tornava-o “civilizado”, mas também “pária” e “isolado”. Aliás, essa condição de “marginalizado” constituiu uma das tônicas às quais ele se apegou em diversos momentos de sua trajetória.

sua atuação junto a essa elite constituíram fatores que também modificavam o lugar social de onde se pronunciava.

³⁰ RIBEIRO, Júlio. Liberdade religiosa. *Correio Paulistano*, São Paulo, 4 out. 1870. O artigo foi assinado em 1º de agosto desse mesmo ano, portanto quatro meses após sua conversão ao presbiterianismo. O periódico era de propriedade do capitão Joaquim de Azevedo Marques, que financiou em grande parte a *Gazeta de Campinas*, cujo editor era seu genro Francisco Quirino dos Santos. Em Campinas, Ribeiro estreitaria relações com o grupo da *Gazeta*, como poderá ser visto no capítulo seguinte.

Nesse momento, nota-se que elaborou um diagnóstico do atraso político e espiritual da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, aproveitou para divulgar a religião à qual se convertera, dando a entender que os Estados Unidos eram um país-modelo, porque, antes de tudo, lá prevalecia a liberdade de credo.

À época da publicação desse artigo, Ribeiro já havia abraçado com fervor o protestantismo de confissão presbiteriana, e Sorocaba era um dos lugares onde promovia a pregação do Evangelho.³¹ Foi numa viagem a essa cidade, em companhia de missionários, com a tarefa de propagação de sua fé³², que Ribeiro conheceu Sophia — filha de uma família de protestantes e maçons que residia na cidade³³ — e se apaixonou pela “mais bela virgem”, como se lê na carta enviada à mãe para informá-la da novidade:

Minha muito amada mãe. Sorocaba, 3 de dezembro de 1870. Ao receber esta ajoelhe-se e dê graças a Pae Celestial. Sou tão feliz quando pode sê-lo um homem mundo: a virgem mais bela, mais pura, mais inocente, mais completa que existe no mundo consentiu em me dar a mão de esposa! Achei em Sophia as bençãos que o Filho de Deus promete aos que tudo abandonão por causa do Evangelho: eu nem posso acreditar... D. Antonia e o sr. Bertholdo aceitarão com jubilo a minha declaração, e Sophia é hoje minha prometida esposa. O prazer de toda a família é indescritível, e o meu ... antes o calar. As atenções com que sou tratado já se descobre o amor da Segunda mãe que o céu me deu. Não se assuste com isso, que se eu tenho uma mãe e um pai e sete irmãos, Vmce. tem um filho e uma filha para consolação dos seus ultimos dias. Minha mãe, se alegria matasse, eu não estaria vivo. Dê graças a Deus, e ore por nós, que só com a vista lhe poderei contar tudo, e nem [em] um mez terei acabado. Adeus, até lá, minha mãe. Seu amantissimo e feliz filho Júlio Cesar Ribeiro. Deus ouviu suas orações.³⁴

³¹ Em Sorocaba, Ribeiro compôs cânticos para a Igreja Presbiteriana, como o Hino 353, intitulado “Clara Luz”: “Quanta Dor, quanta amargura/ vem meu peito retalhar!/ Mas que importa, se diviso/ Clara luz que vem brilhar/ Nela cheio de esperança,/ Cravo os olhos tristes meus;/ Ele é selo e garantia/ Do supremo amor de Deus [...] Essa luz jamais se apaga/ Pois ela vem de Deus fiel”. Apud IRMÃO, José Aleixo. **Júlio Ribeiro**, op. cit., p. 126.

³² A pregação do Evangelho e a conversão dos homens com vistas à proliferação do cristianismo em todas as partes do mundo constituía-se na base do trabalho dos presbiterianos. Conforme Marcus Albino, essa “função missionária da Igreja, segundo os Evangelhos, teria sido instituída por Cristo na comissão entregue a seus discípulos após sua ressurreição. [...] De acordo com o evangelista Marcos, 16: 14-15, Jesus disse a eles: ‘Ide por todo mundo e pregai o evangelho a toda a criatura.’” Cf. ALBINO, op. cit., p. 39.

³³ A primeira Igreja Presbiteriana de Sorocaba foi fundada em 1869 por iniciativa do Reverendo A. L. Blackford. Júlio Andrade Ferreira conta que a nova instituição religiosa começou logo a atrair antigos católicos, obtendo a adesão de famílias inteiras. Em poucos anos, pelo trabalho efetuado, a Igreja Presbiteriana se tornaria o centro irradiador do presbiterianismo no sudoeste paulista. Cf. FERREIRA, Júlio Andrade. **História da Igreja Presbiteriana do Brasil**. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1959, v.1. p. 71.

³⁴ Apud IRMÃO, José Aleixo. **Júlio Ribeiro**, op. cit., p. 60-61.

Pleno desse entusiasmo por ter encontrado uma noiva e, ainda, uma família — lembremo-nos de que era filho único e fora abandonado pelo pai —, Ribeiro casou-se, no início de 1871, com Sophia Aureliana de Souza, na Igreja Presbiteriana de Sorocaba. Nesse mesmo ano, passou a ser editor do jornal *O Sorocabano*, fundado em 1870. Destacam-se, no período, os artigos do bacharel Ubaldino do Amaral Fontoura, escritos para o mencionado jornal, em defesa de uma linha férrea para Sorocaba. Fontoura se destacaria como propagandista da República e ocuparia importantes cargos no regime republicano.

Como foi que Ribeiro, recém-chegado a Sorocaba, passou a ocupar a redação de um dos jornais mais importantes da cidade? A afirmação segundo a qual a religião, de certo modo, criou condições para que ele estabelecesse relações sociais que lhe abrissem possibilidades de se iniciar como homem de imprensa, explica-se pelo fato de que, ao vincular-se à família Bertholdo pelo casamento, Ribeiro também passaria a se relacionar com um grupo de homens liberais, ligados à Maçonaria e que também se destacavam na imprensa sorocabana, no debate de temas relativos ao progresso da província de São Paulo, com ênfase sobretudo na expansão da linha férrea em direção ao sul da província. A propósito, essa questão ocupou as páginas dos jornais sorocabanos e circunvizinhos entre 1870 e 1875.

Logo após o casamento, Ribeiro — que já era iniciado na Loja América de São Paulo — filiou-se à Loja Maçônica Perseverança III, de Sorocaba, da qual participou ativamente. Assim como outros maçons, atuou em favor da libertação de crianças escravas, por meio de intervenções e doações à caixa de emancipação da loja sorocabana. Ocupou ainda o cargo de orador em 1875 e foi elevado ao grau 30.³⁵ Entretanto, antes mesmo dessa convivência com os maçons de Sorocaba, os ideais abolicionistas e republicanos já faziam parte da experiência de Ribeiro:

³⁵ Em sua segunda estada em Sorocaba, Ribeiro ofereceu 20\$000 à Caixa de Emancipação da Loja Perseverança. Cf. IRMÃO, José Aleixo. **A Perseverança III e Sorocaba**, op. cit., p. 143-144, 169. Sobre a história da criação e invenção de “Altos Graus” na maçonaria européia, ver: BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e Sombras: a**

[...] Militei com os liberaes historicos em Lorena, mas já prégava idéas republicanas. Em 1867, um anno antes da ascensão do ministério Itaborahy, e quasi tres antes do manifesto da Côrte, declarei-me republicano em um artigo que, sobre o presidente Juarez, escrevi no Parahyba de Guaratinguetá. Meu venerando amigo, e Exmo. Barão de Tremembé, disse-me, não ha muito ter sido eu o *primeiro* republicano brasileiro que elle conhecera.³⁶

Em Sorocaba, Ribeiro encontrou um cenário propício para a prática de suas crenças, pois foi no convívio com os presbiterianos e maçons que obteve os elementos necessários à sua atuação política, marcada pela contestação da ordem política vigente: escravismo, Monarquia e religião de Estado. Na década de 1870, ser abolicionista não era necessariamente contestar o regime político; mas, quando essa convicção era acompanhada da pregação de idéias republicanas e anticatólicas, significava refutação do cânon da tradição imperial brasileira. Foi nessa direção que Ribeiro desenvolveu seu exercício político em Sorocaba, voltando-se para a discussão de temas referentes à política local e impondo sua voz no debate de contestação da ordem imperial. Via a si próprio, portanto, como um homem “moderno”: republicano, abolicionista e anticlerical — enfim, propugnador da civilização. Essa visão também esteve presente entre os maçons da Loja Perseverança III, de Sorocaba, à qual Ribeiro se filiou. Passemos a uma breve apresentação do lugar de Perseverança III no cenário maçônico mais amplo, no qual é possível colher dados para o exame da atuação política do escritor em Sorocaba.

Fruto de dissidências políticas na Loja Maçônica *Constância*, de Sorocaba, *Perseverança III* foi fundada em 1869 e aglutinou um grupo de “homens de prol, com projeção política, econômica e social” na cidade e cujas ocupações distribuíam-se, embora de modo desigual, entre a advocacia, o comércio e o funcionalismo público.³⁷ Entre esses

ação da Maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória – Unicamp, 1999, especialmente o primeiro capítulo: “Maçonaria: reflexões sobre uma estrutura organizacional”, p. 27-54.

³⁶ RIBEIRO, Júlio. *Cartas Sertanejas*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1908, p. 130-131.

³⁷ Conforme José Aleixo Irmão, os mentores da Loja Perseverança III eram egressos da loja *Constância*. Segue-se a lista dos nomes que fundaram a nova loja: “os drs. Vicente Eufrásio da Silva Abreu e Ubaldino do Amaral Fontoura, ambos formados pela faculdade de Direito do Largo S. Francisco, José Antonio Cardoso, Luiz Matheus Maylasky, Francisco de Assis Machado, Antonio Bernardo Vieira, José Thomás da Silveira, Jerônimo

homens, predominava o exercício do comércio, conforme se pode constatar nos registros sobre as atividades profissionais dos membros da *Constância*, de onde egressaram para criar a nova loja.³⁸

Para o recrutamento maçônico desse período, o candidato deveria possuir alguns requisitos mínimos, como: “[...] Ter 21 anos de idade, instrução primária, ter reputação de bons costumes e de observar os deveres sociais, ter ocupação livre e decente e meios suficientes de subsistência, estar isento de crime e não possuir nenhum defeito físico”.³⁹ Essas exigências, segundo Barata, mostram que a maçonaria no Brasil Imperial era elitista, pois excluía de seus quadros a grande maioria da população, que não se incluía nos critérios acima listados. Reproduziam-se, assim, na maçonaria, as restrições estabelecidas pelo regime político, ou seja, apenas os que tivessem determinada renda poderiam ser considerados cidadãos. Ser maçom, portanto, era sinônimo de cidadão.⁴⁰

É interessante, por essa razão, fornecer uma amostra das atividades profissionais dos envolvidos na criação da Loja Maçônica Perseverança III, à qual Júlio Ribeiro viria a se filiar em 1871. Dos 24 homens que se reuniram para discutir a criação da nova loja, dois eram advogados, formados pela Faculdade de Direito de São Paulo; um tinha licença para advogar, embora não fosse bacharel em direito; 12 eram negociantes; dois, funcionários públicos; três, militares; um, dentista, e ainda havia três cuja ocupação não era indicada. Acrescente-se a isso que, muitas vezes, a atividade de negociante coincidia com a condição de proprietário de

de Abreu Lolot, Antonio Augusto de Pádua Fleury, José Leite Penteadado, Vicente de Paula Gomes e Silva, Roberto Dias Baptista, José Ferreira Braga, André de Andrade, Joaquim Galvão de Campos, Rafael Gomes da Silva, Bernardo de Mascarenhas Martins, Francisco Chagas do Amaral Fontoura, José Pereira Chagas, José Timóteo de Oliveira, João Marcondes França, Joaquim Carneiro do Amaral, Prudente Floriano da Costa, Antonio Mascarenhas Camelo.” Embora os “Bertholdo”, a quem Ribeiro se ligou pelo casamento, não figurassem entre os mentores da criação da Loja Perseverança III, eles foram iniciados na primeira sessão da loja. IRMÃO, J. A. **Perseverança III e Sorocaba**, op. cit., p. 33.

³⁸ Na pesquisa realizada por José Aleixo Irmão sobre a maçonaria em Sorocaba, mais especificamente sobre a Loja Maçônica Perseverança III, os dados biográficos sobre os mentores da mencionada agremiação foram obtidos nos registros de iniciação da Loja Constância, já que os idealizadores da primeira eram egressos dessa última. Os dados sobre a Loja Perseverança III que constam a seguir foram extraídos de IRMÃO, Id. ib.

³⁹ BARATA, op. cit., p. 42. Ainda de acordo com esse autor, os preceitos citados vigoraram no recrutamento maçônico das oficinas do Círculo dos Beneditinos até 1876 e das oficinas do Círculo do Lavradio até 1883, momentos em que se permitiu a iniciação de libertos nas oficinas dos círculos. Cf. Id. ib., p. 123.

⁴⁰ BARATA, op. cit.

terras e político. As ocupações dos membros da Loja Perseverança III assinalam, pois, o caráter elitista que regia a admissão na organização maçônica tal como descrita por Barata.⁴¹

A despeito de seu elitismo, a maçonaria constituía um *locus* que agregava elementos da emergente camada média urbana de fins do século XIX. Era esse o caso de Júlio Ribeiro: desprovido de capital social e econômico, exercia atividades nas quais o capital cultural era essencial, o que tornava a “representatividade social”, conforme salienta Ana Luiza Martins, o projeto mais caro a esse “novo grupo”.⁴² A maçonaria como um espaço de contestação da política vigente — mesmo que dentro da ordem — não só representava para Ribeiro uma forma de inserção no debate político do momento, mas também a possibilidade de travar relações sociais que poderiam mostrar-se vantajosas para sua carreira. Afinal, a maçonaria aglutinava a “fina flor” da *intelligentsia* do País.

No período em estudo, a maçonaria acreditava no poder das idéias — em particular, as científicas — como meio de “ilustrar” a Nação,⁴³ fossem seus componentes liberais radicais, moderados ou conservadores. Tratava-se, então, de uma parcela da elite intelectual que julgava ser tarefa sua difundir “luzes” que dissipassem a escuridão da “ignorância”. A fraternidade, e não a igualdade, era o lema central da instituição. Essa era também a postura da maçonaria brasileira como um todo, independentemente dos vínculos políticos de suas

⁴¹ Esse autor traz dados estatísticos do ano de 1875 sobre a ocupação dos membros das 46 lojas filiadas ao Grande Oriente do Brasil (ao Vale do Lavradio): “[...] dos 4.807 maçons ativos, 2.602 eram comerciantes, 524 eram empregados públicos, 454 eram artistas, 319 eram capitalistas, 208 eram fazendeiros, 156 eram militares, 132 eram náuticos, 128 eram médicos, 111 advogados, 54 eram estudantes e 19 eram clérigos.” Cf. BARATA, op. cit., p. 42.

⁴² Para a autora “[...] é exatamente esta figura multifacetada, plural, inquieta, aparentemente sem lugar que o torna símbolo de seu tempo, sobretudo de seu tempo social, quando se assiste a emergência da camada média urbana, da qual Júlio Ribeiro fazia parte. São homens livres, figuras absolutamente novas no universo rigidamente hierarquizado da ordem escravocrata, ligados às atividades nascidas na franja do sistema econômico, que viviam uma situação indefinida e oscilante entre dois mundos opostos — o da massa de escravos e aquele do proprietário de terras ou dono de cabedais. Para este grupo novo, a representatividade social era o projeto mais caro.” Cf. MARTINS, Ana Luiza. *Júlio Ribeiro: o olhar além D’A Carne. O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 out. 1988.

⁴³ É preciso esclarecer que, desde fins do século XVIII — período da introdução dos ideais maçônicos por estudantes brasileiros que retornavam de Coimbra, influenciados pela Ilustração portuguesa, a qual lhes dava suporte para o questionamento do “pacto colonial” — até o período de que se está tratando aqui, a maçonaria nunca foi um grupo monolítico, mas segmentado em razão dos contextos político nacional e regional aos quais se vinculava. Para mais pormenores sobre sua evolução ao longo do tempo e sobre os conflitos internos motivados por questões políticas, ver: BARATA, op. cit.

facções. Entretanto, não era uma organização somente filantrópica: possuía igualmente um caráter político, pois seus membros tinham um projeto de sociedade e atuavam para executá-lo.⁴⁴

A fundação da Loja Perseverança III, de Sorocaba, ilustra as clivagens políticas da Maçonaria brasileira, as quais vinham ocorrendo desde início dos anos 1860, época em que o poder da Ordem Maçônica encontrava-se dividido em dois grupos: o Grande Oriente do Brasil, da Rua dos Beneditinos, e o Grande Oriente do Brasil, da Rua do Lavradio. No primeiro, figurava como Grão-Mestre o político e jornalista Joaquim Saldanha Marinho e, no segundo, José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, um dos políticos do Partido Conservador mais atuantes do Segundo Reinado e que ocupou o cargo de Grão-Mestre durante uma década (1870-1880).⁴⁵ Estavam em campos opostos na política, o que veio a refletir na maneira de entenderem o papel da maçonaria. Essa divergência política entre o Círculo dos Beneditinos e o Círculo do Lavradio pode ser avaliada na crítica que este fez àquele:

Sois falsos maçons, porque não estais constituídos regularmente, porque sois um partido de homens políticos, uma facção sediciosa contra a lei e contra a sociedade, contra as santas liberdades, como elas o são realmente

⁴⁴ Essa característica pode ser depreendida do artigo de A. F. Amaral, editado pelo Círculo dos Beneditinos em 1873: “A maçonaria é mais alguma coisa do que uma companhia de socorro mútuo: é uma instituição filantrópica no sentido mais lato da palavra. [...] Compreendeu, pois, a Maçonaria, criada para proteger a humanidade e dar-lhe pleno desenvolvimento, que a missão era dupla, como dupla é a natureza do homem. Para realizá-la cumpria-lhe, portanto, não só dar pão aos famintos, vestir os nus e abrigar os que não tivessem teto, como também procurar dar toda expansão às faculdades morais do homem — a inteligência, o livre-arbítrio —, dons sagrados que o elevem acima da natureza criada, e o tornam elo visível entre ela e a divindade. [...] Mas cultivar a inteligência das massas, ensinar-lhes o seus direitos, dizer ao ínfimo dos párias, ao último dos hilotas, aos mais degradados dos vilões, — tú és homem, e portanto és livre —, foi sempre coisa grave e perigosa: a ilustração e a liberdade das massas ferem e derrubam os interesses ilegítimos dos fortes e dos espertos”. **Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil**, fev.-mar., 1873, p. 135. Apud BARATA, op. cit., p. 69-70.

⁴⁵ Saldanha Marinho, com suas idéias republicanas e anticlericais, tornar-se-ia, no decorrer da década de 1870, o símbolo do republicanismo para os partidos republicanos e para uma geração de acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo que se identificava com as críticas ao regime imperial. O Visconde do Rio Branco integrava o quadro da política imperial e galgou todos os degraus da carreira política clássica do Império. Em seu governo (1871-1875), conforme sublinha José Murilo de Carvalho: “colocou como objetivo explícito [...] esvaziar o programa liberal pela implementação de suas principais reformas. Resultando daí uma fragilidade básica do sistema político imperial: os liberais não conseguiam implementar as medidas que sua ala reformista propunha; ao passo que os conservadores as implementavam, mas à custa da unidade política.” CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial: **Teatro de Sombras**: a política imperial. 2.ed., revista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p. 206.

e contra tudo que a razão, o bom senso, a prudência aconselham e acatam. [...] Suas sessões são estéreis; suas congregações são o domínio de idéias subversivas; suas conversações são desprovidas de amor à ordem e denunciadamente agitadas de questões profanas ambiciosas.⁴⁶

A censura feita pelo grupo do Lavradio deixa entrever que o Círculo dos Beneditinos estava ligado ao movimento político de oposição ao Império, aos ideais republicanos; daí ter sido tachado de “subversivo” por seus adversários. Esse vínculo se fortaleceu com a crise política instaurada em 1868, quando do episódio da dissolução do gabinete liberal de Zacarias de Goés pelo Poder Moderador.⁴⁷ O mencionado incidente repercutiu no Partido Liberal de São Paulo, levando à cisão entre os liberais e à criação do Club Radical Paulistano, no qual teve um papel importante a figura de Luiz Gama, ativista dos ideais abolicionistas e membro da Loja Maçônica América de São Paulo.⁴⁸

Justamente em 1868 alguns membros da Loja Maçônica Constância, de Sorocaba, reuniram-se na casa de José Leite Penteado para tratar da formação de uma nova loja. Na ocasião, Penteado assim falou:

Amigos e irmãos. Estamos aqui reunidos para discutirmos da conveniência ou não de nos separarmos da augusta e respeitável loja capitular Constância, dêste vale. É assunto dos mais sérios porquanto embora timbremos em dizer que a nossa atitude não é de oposição a essa loja, poucos nisso hão de crer, procurando explorar ao máximo a atitude que iremos tomar, se se positivar a idéia da fundação d’outra loja neste vale.

Com Ubaldino estive na loja América. Conversamos com os irmãos de lá, especialmente com o estudante Rui Barbosa, quartanista de direito, ardoroso e combativo.

Todos estão animados do firme propósito de pugnar pela cada vez maior campanha de libertação dos escravos, de que faz tema principal a maçonaria brasileira, paralelamente ao da proclamação da república.⁴⁹

⁴⁶ **Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Vale do Lavradio**, jan. 1873, a. 2, n.1, p.11. Apud BARATA, op. cit., p. 71.

⁴⁷ Para uma visão panorâmica do período que precedeu a crise de 1868, ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**: do Império à República. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, Tomo II, v.3.

⁴⁸ Sobre a atuação de Luiz Gama no cenário paulista da segunda metade do século XIX, ver: AZEVEDO, Elciene Azevedo. **Entre escravos e doutores**: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

⁴⁹ Apud IRMÃO, **A Perseverança III e Sorocaba**, op. cit., p. 47.

Durante a reunião, várias vozes manifestaram-se a favor do divórcio em relação à Constância. Ubaldino do Amaral ressaltou que o binômio “liberdade e educação” deveria ser o lema adotado na nova loja, especialmente a “libertação de crianças, filhas de cativos”, embora, a seu ver, essa causa possivelmente fizesse voltar contra seus defensores as “forças interessadas na manutenção do *status quo*”.⁵⁰ Na verdade, esse era o ponto nodal, pois nem todos os maçons proprietários de escravos eram favoráveis à emancipação lenta e gradual da escravidão, reivindicação que se inseria na proposta emancipadora da nova loja maçônica de Sorocaba.⁵¹

Muito mais do que evidenciar os esforços dos maçons da Loja Perseverança III que vindicavam a libertação de escravos e o ensino noturno — questões destacadas pelo projeto da Loja América de 1870 — importa, neste trabalho, salientar que mantinham relações com o universo político da capital da Província. A aproximação com a Loja América permite afirmar que eram liberais; se não radicais, ao menos defensores de posições reformistas.

José Leite Penteado, Ubaldino do Amaral e Vicente Eufrásio, os mentores da loja Perseverança III, haviam enveredado pelo republicanismo antes do Manifesto Republicano de 1870, ao proclamarem que a luta da maçonaria era pela “libertação de escravos” e pela “proclamação da República”.⁵² Logo, há subsídios para afirmar que, assim como na

⁵⁰ Apud id. ib., p.48.

⁵¹ Por não haver consenso entre os maçons, mesmo entre aqueles que eram membros do Círculo do Vale dos Beneditinos, quanto à questão da escravidão, dois anos depois, em 1870, a loja maçônica *América* de São Paulo — eixo das discussões dos maçons ligados ao Vale dos Beneditinos — criou um projeto-lei redigido por Rui Barbosa, a ser enviado ao Grande Oriente Brasileiro do Vale dos Beneditinos, a fim de tentar estabelecer regras para a maçonaria. Dentre os vários artigos desse projeto, importa salientar aqui os artigos 1º, 3º e 5º: “Artigo 1º - Sendo verdade inconcussa que a emancipação do elemento servil e a educação popular são hoje as duas grandes idéias que agitam o espírito público e de que depende essencialmente o futuro da nação, a Maçonaria brasileira declara-se solenemente obrigada a manter e propagar estes dois princípios, não só pelos recursos intelectuais da imprensa, da tribuna e do ensino, como também por todos os meios materiais atinentes a apressar a realização destas idéias entre nós.” “Artigo 3º - Todas as Lojas Maçônicas sujeitas ao Grande Oriente Brasileiro, assim presentes como futuras, ficam obrigadas a abrir no orçamento de suas despesas uma verba especial reservada ao alforriamento de crianças escravas.” “Artigo 5º - Nenhum indivíduo poderá mais obter o título e os privilégios de legítimo maçom sem que primeiramente, antes de receber a iniciação, declare livres todas as crianças do sexo feminino que daí em diante lhe passam provir de escrava sua. [...]” Apud. AZEVEDO, op. cit., p. 69-70.

⁵² O Partido Republicano de Sorocaba foi fundado em 1881, sob a direção de Olivério Pilar, quase uma década depois da formação do Partido Republicano Paulista (1873). Mesmo levando em conta que o PRP elegeu como estratégia de fortalecimento a organização interna do partido por meio da formação de núcleos republicanos pela província de São Paulo, a fundação do Partido Republicano de Sorocaba não se explica somente por essa política

maçonaria em geral, na de Sorocaba também havia um projeto político de sociedade, só que voltado para a “desestabilização” do regime monárquico. A forma de governo republicana representava, para os maçons sorocabanos, uma oportunidade de romper com o centralismo monárquico e, acima de tudo, de equacionar os problemas relativos às liberdades individuais.

Todavia, essa atitude não significava que fossem tão radicais no que se referia à questão servil quanto no que tocava à oposição ao regime político. As ações em prol da libertação de escravos, na maçonaria de Sorocaba, seguiam uma linha muito mais emancipacionista (isto é, adepta do processo gradual de extinção do trabalho escravo), do que propriamente abolicionista (ou seja, a favor da abolição imediata, incondicional, sem indenização). Essa característica dos maçons sorocabanos evidencia os limites de sua proposta referente à questão escravista. Em outras palavras, a condição — comum a vários desses maçons — de proprietários de escravos impunha cautela a suas ações.⁵³ Apesar dessa restrição, mostravam-se homens preocupados com a propagação de ideários civilizatórios. Além das medidas atinentes à escravidão, os nomes de alguns deles figuraram na criação e administração do Gabinete de Leitura de Sorocaba — sociedade promotora da ilustração⁵⁴ —, bem como na criação da Companhia Sorocabana em 1870.⁵⁵ Para Martins, o surgimento de “casas de leitura” no interior da província:

adotada pelo PRP, mas também pelo fato de que, nessa localidade, o ideário republicano já fazia parte do cenário político, especialmente pela atuação da maçonaria.

⁵³ Sobre as discussões efetuadas na segunda metade do século XIX em torno da escravidão pelas várias tendências políticas e regionais, ver: CARVALHO, J. M., op. cit., p. 203. Nessa análise, o autor dá destaque ao reformismo do Estado Monárquico, como a criação da Lei do Ventre-Livre, de 1871, ocasião em que o próprio Imperador foi acusado de subverter a ordem, tendo sido a lei chamada de “Loucura dinástica, sacrilégio histórico, suicídio nacional”.

⁵⁴ O Gabinete de Leitura de Sorocaba foi criado em 1867: “A Maylasky e a outros maçons se deve a fundação do Gabinete de Leitura Sorocabano. A ele e à plêiade de homens que reuniu em torno de si, ocupando o primeiro lugar Olivério Pilar e mais ao Ubaldino do Amaral, ao capitão Júlio Lopes de Oliveira, ao tte. cel. Antonio Augusto de Pádua Fleury, ao Wanderico, agregando-se-lhes, futuramente outros maçons não menos ilustres, como Manoel José da Fonseca, se deve esse feito. [...] Em 1871, eram diretores Maylasky, Ubaldino do Amaral, Pádua Fleury, Elias Galdino, Sá Fleury.” Cf. IRMÃO, *A Perseverança III...*, op. cit., p. 73.

⁵⁵ Novamente figuram Ubaldino do Amaral e Matheus Maylasky entre os propugnadores da Companhia Sorocabana. Cf. GASPARG, A. F.; ALMEIDA, A. **Luiz Matheus Maylasky**: Visconde de Sapucaí. São Paulo: s. n., 1938. v. 1. “A criação da Companhia Sorocabana é trabalho nitidamente maçônico e é fruto da divergência surgida em Itu, quando Maylasky propôs que a Ituana se prolongasse até Sorocaba. [...] Dessa divergência nasceu a Companhia Sorocabana em 1870.” Ribeiro trabalhou como porta-voz dos interesses dessa companhia no jornal *Gazeta Commercial*, assunto de que se tratará adiante.

[...] prenunciava o progresso local, confirmado em seguida pela chegada da ferrovia ao núcleo que de “boca do sertão” passava a “fim de linha”, introduzindo o cortejo de vogas de uma sociedade que se queria civilizada. [...] resultavam da iniciativa do grupo letrado da cidade, agentes sociais comprometidos com o ideário liberal, na sua maioria bacharéis da São Francisco afetos aos quadros da magistratura, membros ativos do Partido Republicano, arautos da campanha abolicionista, elementos da maçonaria local, abraçando projetos de saber secularizado, preocupados com a educação popular dentro do lema: Educar para Libertar.⁵⁶

Foi com esse grupo de homens que defendiam medidas “progressistas” que Júlio Ribeiro se identificou e se relacionou em Sorocaba, nos dois momentos em que atuou na imprensa da cidade. Tanto no período durante o qual trabalhou nos jornais *Sorocabano* e *Sorocaba* (de 1871 a 1872), como na época em que dirigia a *Gazeta Commercial* (de 1874 e 1875), demonstrou que identificava e apoiava as causas e temas que faziam parte da atividade política dos maçons de Sorocaba, entre os quais ele mesmo se incluía. Embora fossem quase todos católicos, os membros da loja Perseverança III mostravam-se solidários aos presbiterianos, sempre que os direitos dos protestantes da cidade eram feridos. Afinal, eram homens que se consideravam afinados com os propósitos do progresso e que julgavam válida a identificação da idéia de civilização com a liberdade religiosa e o direito dos cidadãos de professarem outros credos. Ainda que não constituíssem maioria, muitos maçons eram protestantes, como o autor ora em estudo.

Ribeiro deu prosseguimento às críticas à Igreja Católica durante sua atuação na imprensa sorocabana, tanto de maneira localizada — ou seja, dialogando com as posturas do clero da região —, como de forma mais ampla — isto é, ao fazer reflexão mais elaborada sobre o significado histórico da presença do clero no Brasil (como a dos jesuítas em São Paulo), realizada em seu romance histórico *Padre Belchior de Pontes*.

⁵⁶ MARTINS, Ana Luiza. As leituras às vésperas da República. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 nov. 1989, p. 5. O artigo é resultado de pesquisas realizadas pela autora em “casas de leitura” de algumas localidades do interior da província de São Paulo. Nesse texto, Martins dá destaque especial ao “Gabinete de Leitura” de Sorocaba.

Um exemplo da intervenção localizada de Ribeiro em prol dos direitos dos protestantes de Sorocaba foi sua iniciativa de requerer à Câmara Municipal que pessoas não católicas pudessem enterrar seus mortos nos cemitérios existentes na cidade:

Os abaixo assignados veem à presença de VV. SS. pedir que lhes sejam concedidas 20 braças de terra no fundo do cemitério municipal, com a mesma largura deste, para o fim de ahi fazer-se um cemitério de protestantes, onde, além dos cadaveres destes, os suplicantes se propõem mandar enterrar os das pessoas pobres, os recém-nascidos não baptisados, e todos os restos mortais que n'aquelle não puderem ser recebidos, em observancia das determinações da igreja catholica romana, ou por outro qualquer motivo. VV. SS. não deixaram de reconhecer que é justa a pretensão; não só porque em muitas e importantes cidades do paiz eguaes concessões tem sido feitas aos sectarios de religiões diferentes da do Estado, como porque a tolerancia devesse recusar a faculdade de possuirem um logar onde sepultar os corpos de seus irmãos. Confiados na illustração de VV. SS. que sabem respeitar a liberdade de consciência e na tolerancia com que as instituições patrias garantem a religião, de que são fiéis, os abaixo assignados ousam esperar a concessão requerida.⁵⁷

À época desse requerimento, Ribeiro era editor e redator-chefe de *O Sorocabano*, o que permite dizer que sua intervenção se fez não somente como protestante, mas também como figura pública. Além do apoio dos protestantes, a proposta de secularização do cemitério recebeu o respaldo dos homens que compunham a Loja Maçônica Perseverança III,⁵⁸ pois a causa patrocinada por Ribeiro baseava-se na tolerância e na fraternidade, concepções que vinham ao encontro do ideário ilustrado desses maçons. A questão não se referia somente aos direitos dos protestantes, mas de todos os que não se encaixavam nos preceitos da Igreja Católica que garantiam o direito de sepultamento em cemitério — campo sagrado reservado aos católicos, segundo esses mesmos preceitos. Logo, pode-se dizer que a “missão” visualizada por Ribeiro na religião, como já se assinalou, se explicita nesse tipo de intervenção política, ou seja, não se restringe ao campo religioso, ao contrário: amplia-se

⁵⁷ Apud IRMÃO, **Júlio Ribeiro**, op. cit., p.70.

⁵⁸ Na mesma direção, o maçom Justiniano Marçal de Souza questionou a lisura nos critérios usados pela Igreja para avaliar o direito ao sepultamento no cemitério católico. Usando exemplos de pessoas que tinham cometido suicídio e recebido tratamentos diferenciados, Marçal indagou por que se negara sepultura “ao corpo da escrava do sr. Moreira, que se suicidara, quando se deu ao corpo de Alfredo Frolich, que se achara nas mesmas condições?” *O Sorocabano*, Sorocaba, 10 set. 1872. Apud Id. ib. p. 72.

exatamente a partir dele, designando ao escritor uma posição social no domínio das letras: a de contestador do repertório da tradição clerical brasileira.

Quanto ao pedido de secularização parcial dos cemitérios, foi aprovado pela instância municipal de Sorocaba, acompanhando, aliás, a esfera da política central, que em 1870 já havia expedido uma ordem ministerial segundo a qual todos os cemitérios criados a partir dessa data deveriam reservar um espaço para se enterrarem mortos de outros credos. No entanto, isso não agradou ao clérigo local, que declarou não ser reconhecido pela Igreja Católica o direito assegurado pelo mencionado aviso ministerial, pois isso significava, no entender do vigário paroquial, a profanação do cemitério.

Em réplica à negativa da Igreja, Ribeiro assim escreveu em *O Sorocabano*: “Nós que já uma vez, pregador do deserto, indignamos pela dispersão das cinzas, não podemos por certo lamentar menos que os protestantes sejam enterrados no campo, ou nas estradas, como tem acontecido.”⁵⁹ Suas palavras inserem-se num quadro mais amplo de crítica ao discurso conservador ultramontano defendido pela Igreja Católica,⁶⁰ que se baseava na oposição às concepções liberais, das quais os maçons e protestantes eram vistos como proliferadores — daí terem sido o alvo das invectivas de muitos clérigos católicos contra o perigo que, segundo estes, representavam à segurança da Igreja e do Estado.⁶¹

Um exemplo desses ataques foi a criação, na Igreja Católica, de uma espécie de narrativa mítica de conspiração maçônica, a qual teria a proteção do protestantismo:

⁵⁹ Id. ib., p. 71.

⁶⁰ Cf. BARATA, op. cit., p.102. “O ultramontanismo [...] foi um termo usado desde o século XI para descrever os cristãos que defendiam o ponto de vista dos papas. No entanto, no século XIX, ultramontanismo passou a significar uma série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja Católica e sua reação ao pensamento liberal. Esta reação católica se caracterizou pela reafirmação do escolasticismo, pelo restabelecimento da Companhia de Jesus e pela defesa de uma maior concentração do poder eclesiástico nas mãos do papado.” A esse respeito, ver também: VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Ed. da UNB, 1980.

⁶¹ Segundo Alexandre Mansur Barata, o jornal *O Apóstolo*, editado no Rio de Janeiro entre 1871 e 1873, foi o principal veiculador das teses ultramontanas no Brasil. Ver especialmente o capítulo III, no qual o autor examina o debate entre a Maçonaria e a Igreja Católica. Cf. BARATA, op. cit.

Este nome fantástico de franco-maçonaria vem-lhes, segundo parece, da Escócia. Depois que o Papa Clemente V e o rei da França Felipe, o Belo, aboliram com justíssima razão, no princípio do século XIV, a Ordem dos templários muitos destes infames fugiram para a Escócia, e ali se constituíram em sociedade secreta, votando ódio implacável e eterna vingança ao Papado e à Realeza. Para melhor disfarçar suas tramas, afiliaram-se a corporações de pedreiros, tomaram suas insígnias e gíria, e espalharam-se mais tarde por toda a Europa, protegidos pelo protestantismo.⁶²

Segundo a Igreja Católica, os protestantes seriam colaboradores dos maçons desde a origem desses últimos. O mito de conspiração política dos membros da maçonaria com a cooperação dos protestantes no discurso da Igreja Católica serviu, de forma una e universal, tanto para a desqualificação da organização interna da instituição maçônica quanto do protestantismo.

Cabe, aqui, indagar sobre o papel dos protestantes na maçonaria brasileira da segunda metade do século XIX. Os maçons, no Brasil, tiveram a cooperação de republicanos e protestantes, na defesa dos princípios liberais para a estruturação de uma sociedade mais livre, fundada na crença na liberdade humana, e, especialmente, em sua luta contra o ultramontanismo da Igreja Católica, tido como o baluarte do conservadorismo, ou seja, como um importante obstáculo ao trabalho de reforma sociopolítica das instituições do período. No caso do protestantismo, como aponta David Gueiros Vieira, embora seus adeptos estivessem inteirados de muitas das decisões da maçonaria brasileira, a colaboração efetiva se fez por intermédio do fornecimento de literatura anticatólica aos escritores maçônicos.⁶³

Também no caso da intervenção de Júlio Ribeiro — vale lembrar, protestante e maçom — em prol da secularização do cemitério, nota-se que a cooperação era mútua entre protestantes e maçons, pois o assunto era defendido não só pelos protestantes, mas também pelos grupos de contestação à ordem clerical, entre os quais se incluía a maçonaria. Pode-se dizer, assim, que se tratava de um tema que ia além dos interesses de protestantes e maçons, uma vez que fazia parte das discussões mais amplas do panorama político brasileiro. Nesse

⁶² O Apóstolo, 8 jan. 1871, p.15. Apud BARATA, op. cit, p. 106.

⁶³ A esse respeito, ver: VIEIRA, op. cit., p. 278-280.

aspecto, a Loja Perseverança III, ao se manifestar favoravelmente à secularização do cemitério de Sorocaba, expressou também sua posição política frente à Igreja Católica, postando-se como grupo de pressão política e demonstrando que correspondia à atitude mais ampla do Círculo dos Beneditinos, à qual era vinculada.⁶⁴

O tema da liberdade religiosa, imbricado na crítica ao clero ultramontano, foi discutido amplamente pela elite ilustrada brasileira entre as décadas de 1870 e 1880, tanto no Parlamento, quanto na imprensa e na maçonaria. Na província de São Paulo, essa crítica conjugava-se à defesa da forma de governo republicano, que era visto como uma forma de desligar o poder temporal do espiritual — entrave ao desenvolvimento das idéias liberais clássicas e, portanto, ao progresso de uma nação. Ademais, nesse momento São Paulo se via alijada das decisões do poder central, o que tornava a crítica à Igreja, a qual era um dos pilares da tradição monárquica, também uma manifestação de recusa ao regime imperial.

Por esses motivos, a presença dos jesuítas no Brasil — elemento do repertório da tradição colonial, incorporado pela política imperial — foi vista como sinônimo do obscurantismo católico e, portanto, um dos pontos mais atacados pelos opositores do ultramontanismo da Igreja Romana. Exemplar desse sentimento antijesuítico é o artigo publicado pelo jornal *A Mocidade*, de Campinas. O texto atribui o atraso do Brasil à presença dos jesuítas na colonização da América portuguesa e, ainda, responsabiliza essa ordem religiosa — que infestaria toda a Igreja e disseminaria superstições e crendices — pelo atraso da sociedade brasileira em fins da centúria:

Recordação pavorosa do passado, nome odioso no presente, raça proscrita da civilização; símbolo do retrocesso, apóstolo do mal, trevas, injustiças,

⁶⁴ É oportuno, aliás, lembrar que o Grão-Mestre dos Beneditinos, Saldanha Marinho, com seus artigos publicados em jornais do Rio de Janeiro, entre 1873 e 1876, sob o pseudônimo de “Ganganeli” — nome do papa Clemente XIV (1705- 1774), que havia dissolvido a Ordem dos Jesuítas — deixou explícitas as posturas da maçonaria do Círculo dos Beneditinos no que referia à Igreja Católica e defendeu a separação da Igreja e do Estado e a liberdade de consciência. Assim, pode-se dizer que os maçons não se restringiram à imprensa maçônica, pois fizeram uso da chamada “grande imprensa” como veículo de divulgação de suas idéias, de combate intransigente ao “jesuitismo” e de defesa da liberdade de consciência. Esses artigos, que haviam sido publicados no *Jornal do Comércio*, foram posteriormente reunidos na obra **A Igreja e o Estado**, em quatro volumes.

barbarial, eis a definição da celeberrima e execranda instituição de Loyola. [...] Os Jesuítas, dizemos, umas aves negras que ainda esvoaçam aí pelas sombras da sacristia, e por dentro dos confessionários, a devassarem o seio das famílias e explorarem a crença, são os reféns do destino postos a descrição do progresso, para que ele lhes sele as faces com o ferrete da ignominia social [...] A sociedade ilustrada, conhecedora dos fins que levam em vista, repele-os; mas não basta, é preciso convencer o povo menos ilustrado da necessidade de expeli-los, como um elemento tendente a dificultar a marcha de todo o progresso, quer material, quer moral.⁶⁵

Foi nesse contexto que Júlio Ribeiro escreveu uma narrativa abertamente contrária à Igreja Católica — *Padre Belchior de Pontes*: romance histórico, publicado em parte, originalmente, em folhetim, na *Gazeta Commercial*, de Sorocaba, dirigido pelo escritor, entre 1874 e 1875.⁶⁶ A trama, de fundo histórico, é encenada na São Paulo colonial e inicia-se com o amor entre dois adolescentes: Belchior, português de sangue mestiço e plebeu de poucas posses, e Branca Castanho Taques, fidalga de “sangue puro”. O contraste de posições sociais já anuncia as dificuldades para a consumação daquele amor, que irá, em definitivo, ser impedido pelo ingresso de Belchior na Companhia de Jesus, a qual lhe incute a idéia de que ele era um predestinado à missão jesuítica. Isso com o fito de impedir seu casamento com Branca, pois, uma vez obrigado pelo celibato a renunciar aos desejos humanos, especialmente aos carnavais, deixaria o caminho livre para Branca casar-se com um membro da família Rodrigues. Assim, os jesuítas, na verdade, tinham interesse em unir as duas principais famílias paulistas — Taques e Rodrigues — como forma de evitar desavenças entre elas e de incitar a revolta contra a Metrópole (a Guerra dos Emboabas). Com esse plano político, traçou-se o destino de Belchior, que foi usado como joguete pelos religiosos. Quando, mais

⁶⁵ **A Mocidade**, Campinas, 14 jun. 1874; 14 fev. 1875. Esse jornal era de propriedade de Antonio Duarte de Moraes Sarmiento (editor) e dos redatores Henrique de Barcelos e José Gonçalves Pinheiro. Foi fundado em 1874, sendo seu nome modificado para *A Atualidade* em 1875. Com a terceira mudança de nome para *Diário de Campinas*, seus proprietários inovaram a imprensa campineira ao implantarem o primeiro jornal de circulação diária da cidade.

⁶⁶ O folhetim foi iniciado em 18 de novembro de 1874 e interrompido em 29 de outubro de 1875, data em que Ribeiro também deixou a *Gazeta Commercial*. No ano seguinte (1876), *Padre Belchior de Pontes* foi editado em dois volumes pela tipografia do jornal *Gazeta de Campinas*, a qual tinha como proprietário e editor Francisco Quirino dos Santos. O romance, além de ser dedicado à mãe, Maria Francisca Ribeiro, foi também dedicado a figuras ligadas ao referido jornal: Abílio Marques e Pedro Franzem, que, à época, ocupavam o cargo de gerente

tarde, Belchior, já ordenado padre, descobre a manobra que o separou de Branca, denuncia a tramóia a Amador Bueno, assim referindo-se à Companhia de Jesus:

Onde se agitam questões de vida ou de morte para a humanidade, onde se embatem os interesses das gentes, onde tumultuam as paixões dos povos procura, procura bem, que oculto na sombra, sumido nas trevas depararte-á o vulto sinistro dos jesuítas. [...] vê-los-ás em Lisboa, instigando Pedro II contra Filipe V, vê-los-ás em Piratininga, elegendo rei a teu parente; vê-los-ás no Rio das Mortes, açulando os emboabas contra ti. Por toda parte, em todo lugar, na Etiópia e no Paraguai, em Pekin e em São Vicente, na corte dos reis, nas alcôvas das rameiras, nos comícios dos povos, no púlpito, na escola, no confissionário, no seio do lar, sôbre as ondas do oceano, em desertos áridos, no âmago dos sertões, no coração das florestas encontrarás sempre o padre de Jesus, risonho e insidioso, flexível e traiçoeiro.⁶⁷

Essa presença silenciosa, no entanto onipresente, da Companhia de Jesus constitui-se na matriz do romance ribeiriano. Os diversos outros elementos que compõem a trama histórica do livro, como o conflito entre paulistas e a Metrópole na disputa pelo ouro descoberto em Minas Gerais (de onde brota outro tema presente na narrativa, o da consolidação de um sentimento de nacionalidade entre os paulistas), sem falar no próprio motivo desencadeador da narrativa — o romance irrealizável entre Belchior e Branca —, estão todos subjugados a este tema mais amplo que é o da crítica à Igreja Católica, sintetizada na Companhia de Jesus.

As críticas de Ribeiro dirigidas à Companhia de Jesus em *Padre Belchior de Pontes* foram vistas por Manuel Bandeira como sintomáticas do credo abraçado pelo autor no momento de elaboração do romance: “sendo o autor católico de criação, a leitura da Bíblia fizera-o presbiteriano, como a razão mais tarde o faria ateu. E era protestante ao tempo em que escreveu *Padre Belchior de Pontes*, daí as objurgatórias à Companhia de Jesus”.⁶⁸ Não compartilhamos dessa opinião, pois, mesmo que Júlio Ribeiro tenha se identificado com o protestantismo de confissão presbiteriana, isso não explica inteiramente o anticlericalismo do

da *Gazeta de Campinas*. Tratar-se-á, no capítulo seguinte, das relações de Ribeiro com a elite intelectual republicana em Campinas.

⁶⁷ RIBEIRO, Júlio. **Padre Belchior de Pontes**. 7.ed., São Paulo: Assunção Ltda, s.d, p.145.

⁶⁸ RIBEIRO, J. A. P. **O romance histórico na literatura brasileira**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Conselho Estadual da Cultura, 1976. p.76.

escritor. De fato, o anticlericalismo fazia parte do conjunto de posições do grupo de contestadores da “geração de 1870”.

Portanto, são as questões presentes na contemporaneidade de Ribeiro e, na mesma medida, sua experiência subjetiva, conforme se procura indicar aqui, que explicam suas intervenções textuais no panorama de discussão política da segunda metade do Oitocentos brasileiro. A despeito de o escritor ter participado da mobilização de seus coetâneos em favor de vários temas, entre eles o da liberdade religiosa, isso não significa que havia homogeneidade na maneira de pensar e de se expressar no universo da elite letrada paulista. No caso do autor de *Padre Belchior de Pontes*, o anticlericalismo formulado nesse romance e, mais de uma década depois, em *A Carne*, extrapola as vias institucionais das críticas endereçadas à Igreja Católica para alcançar a esfera invisível do poder do catolicismo no cerceamento da liberdade humana.

Em sua experiência em Sorocaba, marcada pelo convívio com maçons e presbiterianos, Júlio Ribeiro transitou num ambiente que, ao menos indiretamente, propiciou a criação do romance *Padre Belchior de Pontes*. Além disso, deve-se levar em conta que tinha condições objetivas para lançar-se a esse empreendimento literário, haja vista que, naquele momento (1874-1875), sua condição era a de editor e redator-chefe da *Gazeta Commercial*, o que lhe possibilitava preencher o rodapé do jornal com escritos de sua autoria e, assim, a oportunidade de divulgar seu “talento” como escritor — que por sua vez lhe renderia o reconhecimento da elite letrada de São Paulo. Dito de outra forma, isso abria as portas à sua integração na dinâmica político-cultural do pequeno mundo das letras paulistas — especialmente na roda dos republicanos de Campinas, que, aliás, eram os mesmos da capital da província. Junto a maçons e presbiterianos como ele, em Sorocaba, Ribeiro pode, então, desenvolver sua prática política e, mais importante, demarcar seu *locus* de literato hábil em controvérsias. Assim a idéia que se fez dele, uma década depois de sua atuação em Sorocaba, como um polemista intransigente por sua dissidência em relação aos republicanos paulistas,

deve-se muito mais à divulgação das polêmicas do que propriamente ao ato inaugural dessa marca.

Tanto é que, nos momentos em que se colocavam em dúvida seus ideais republicanos, Ribeiro recordava a seus interlocutores seus feitos em Sorocaba, dando destaque a sua atuação contestatória da ordem política vigente em *O Sorocabano*: “[...] Em Sorocaba aggremiei o partido [republicano], e por quasi dous annos sustentei com sacrificios inauditos uma folha republicana, em cujas columnas, desde o dia 25 de janeiro de 1872, não se admittiram annuncios sobre escravos fugidos.”⁶⁹ Mesmo que essa declaração esteja num outro contexto do lugar social de onde se encontra, ou seja, de dissidente da elite partidária, ela encerra uma representação que o próprio Ribeiro fazia de sua atuação em Sorocaba: a de republicano abolicionista radical, que reivindica para si um espaço singular. A atitude de não publicar “anúncios sobre escravos fugidos” aponta para a convicção do escritor quanto às crenças políticas que professava. Não obstante, essa postura antiescravista também era adotada pelo grupo de maçons da Perseverança III, de Sorocaba, por intermédio de medidas emancipacionistas que se concretizavam nas alforrias concedidas a escravos menores. A diferença, talvez, esteja no fato de que a ação de Ribeiro era uma iniciativa na condição de homem público, isto é, diretor e redator do jornal *O Sorocabano*, pois suas atitudes poderiam comprometer seu empreendimento jornalístico.

Em suma, Sorocaba constituiu um trecho importante do caminho percorrido por Júlio Ribeiro na construção de sua carreira como homem de letras — isto é, jornalista, professor, escritor e filólogo —, pois foi aí que vários fios se entreteceram para a composição das tramas individual e social do escritor: o protestantismo, a maçonaria e a formação de uma família. Com suas posições políticas, intelectuais e pessoais, Ribeiro revelou-se um intérprete do Brasil, pois realizou, em seus escritos na imprensa, um diagnóstico do atraso do Brasil, apontando caminhos que considerava indispensáveis para se alcançar o progresso do País.

⁶⁹ RIBEIRO, Júlio. *Cartas Sertanejas*, op. cit, p. 131.

2.2. De “mercenário” a paladino da causa da civilização nos trópicos

Em *O Sorocabano*, *O Sorocaba* e na *Gazeta Commercial*, Ribeiro foi um defensor ferrenho dos propósitos da Companhia Sorocabana — empreendedora da linha férrea naquela cidade —, dando seqüência à defesa que Ubaldino do Amaral já havia ensaiado como colaborador do primeiro jornal citado.⁷⁰ A Companhia Sorocabana foi alvo de diversas críticas na imprensa regional, veiculadas n’ *O Ypanema* e no *Esperança*, jornais de Sorocaba e de Itu, respectivamente. Em uma delas, *O Ypanema* anunciava que a situação financeira da Companhia Sorocabana era alarmante. A esse respeito, Ribeiro teceu o seguinte comentário: “Os opositoristas da companhia sorocabana encastelados na *falta de confiança por parte do governo* apregoam aos quatro ventos que nada poderá salvar a situação que eles se obstinam em crer ameaçadora e até tempestuosa.”⁷¹ Com o objetivo de tranquilizar os acionistas da Companhia, Ribeiro prossegue sua defesa, descrevendo a “real” situação financeira da empresa:

[...] o próprio governo, que mandara inspecionar as contas, autorizando, sem discussão, a segunda e terceira chamadas de capital. O Estado da linha é próspero: 500 a 600 trabalhadores já manejam o alvião e a picareta, já removem terras, já arredam os obstáculos; centenas de contos de réis se acham na Europa para a compra de material; centenas de contos de réis se acham ainda nos cofres da companhia.⁷²

⁷⁰ O jornal *O Sorocabano* já estava em atividade, quando Ribeiro passou a ser seu editor e redator em abril de 1871. No ano anterior, desavenças políticas, relativas à concessão de uma estrada de ferro para Sorocaba, com a vizinha cidade de Itu (que negou tal pedido), ocasionaram a defesa do prolongamento dos trilhos de Itu a Sorocaba nas páginas de *O Sorocabano*, com destaque para o bacharel e maçom Ubaldino do Amaral, que entrou em discussão calorosa com o jornal *A Esperança*, de Itu. O episódio levou os sorocabanos a criarem a própria companhia ferroviária: A Sorocabana (1870). Por essa atitude foram chamados de bairristas pelo *A Esperança*. Ao que Ubaldino do Amaral assim respondeu: “A mais incompreensível, porém, das acusações é de bairrismo mal entendido, de egoísmo. Sorocaba aplaudiu a idéia de Itu; mas desejou-a completa, tendo por ponto terminal o Ipanema, com proveito desta cidade, é certo, mas também com proveito de Itapetininga, de Tatuí, de Botucatu etc., e mais que tudo, com imensa vantagem da fábrica de ferro, que não é questão de bairros, senão importantíssimo interesse nacional”. Apud IRMÃO, **Júlio Ribeiro**, op. cit., p. 68.

⁷¹ RIBEIRO, Júlio. **O Sorocaba**, Sorocaba, 15 set. 1872. Apud IRMÃO. **Júlio Ribeiro**, op. cit., p. 78. Grifo do autor.

⁷² Id. ib.

A ênfase dada às boas condições financeiras da Companhia perante o público e, especialmente, os acionistas — os quais, na ótica de Ribeiro, deveriam realmente depositar “confiança” no empreendimento —, dá margem a se pensar que realmente a situação da empresa inspirava cuidados ou, então, que as críticas veiculadas nos jornais podiam provocar o desinteresse dos acionistas pela iniciativa e, conseqüentemente, a instabilidade financeira da Companhia. Porém, interessa-nos aqui muito mais refletir sobre o motivo do interesse na defesa da Companhia Sorocabana manifestado por Ribeiro e outros representantes do grupo ligado à maçonaria de Sorocaba, do que traçar o histórico desse empreendimento, que levaria a um outro tipo de trabalho.

Para além dos possíveis interesses particulares que poderia haver nesse empreendimento, a ferrovia simbolizava, na época, o progresso material de uma sociedade. Para os liberais reformadores, o progresso ligava-se à técnica e à ciência.⁷³ Eis por que os maçons de Sorocaba abraçaram a causa de uma linha férrea para a cidade, pois isso estava em consonância com seus ideais reformadores. Na defesa da Companhia Sorocabana empreendida por Ribeiro ainda no mesmo artigo, é evidente a ligação que ele estabelece entre progresso e ferrovia: “[...] a boa causa, a causa da civilização e do progresso há de triunfar e o sibilo da locomotiva será o hino da vitória sobre o estacionarismo e a rotina”.⁷⁴

⁷³ Conforme Richard Graham, uma das razões pela qual Herbert Spencer exerceu tanta atração sobre os brasileiros foi o interesse que esse evolucionista demonstrou pelas estradas de ferro, vendo-as como parte importante do sistema orgânico de uma sociedade moderna. GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973, em especial o capítulo 9, p. 241-260. No entanto, é preciso registrar que, embora esse evolucionista social seja tão citado na imprensa republicana, Ana Luiza Martins, em sua pesquisa nos catálogos dos gabinetes de leitura do interior da província, não encontrou referências a Herbert Spencer. Afirma a autora: “[...] na expectativa do ‘bando de idéias novas’ anunciado por Sívio Romero a partir de 1868, eram previstos autores e títulos da vanguarda européia, de ordinário citados à exaustão pela imprensa republicana. [...] Supunha-se [...] a presença do Positivismo de Auguste Comte ou do evolucionismo de Herbert Spencer. [...] Estes teóricos [...] não constavam das estantes dos Gabinetes de Leitura paulista, fundos que resultavam do fornecimento da atualizada Casa Garraux ou doados pelos ilustres bacharéis do Largo de São Francisco.” Cf. op. cit., p. 6. As teorias científicas, na maioria das vezes, eram apropriadas de outras leituras. Essa prática não anula, contudo, o interesse e o fascínio que exerciam sobre a geração de 1870, especialmente em sua defesa de um novo projeto político, baseado no progresso social.

⁷⁴ **O Sorocaba**, 15 set. 1872. Apud IRMÃO. **Júlio Ribeiro**, op. cit., p. 79. A crença na ciência e no progresso fez parte do pensamento de Ribeiro e se expressou, especialmente em seu romance *A Carne*, no qual o tema da ferrovia aparece enfatizado na carta de Barbosa a Lenita, numa longa descrição da estrada de ferro Santos-Jundiaí que louva a iniciativa inglesa.

Passados quase dois anos da publicação do mencionado artigo em *O Sorocaba*, Ribeiro retomaria o tema na imprensa sorocabana.⁷⁵ Com uma diferença: num jornal criado com o objetivo de defender a Companhia Sorocabana e seu dirigente na época, o imigrante Luís Mateus Maylasky.⁷⁶ Além de fazer parte da Loja Maçônica Perseverança III, Maylasky estava à frente de diversas iniciativas empreendedoras na região, o que ocasionava conflitos políticos e, em decorrência, a veiculação de críticas pelas impressas local e vizinha quanto a sua gestão. O dirigente da Sorocabana viu como solução para a defesa de sua imagem e de seu empreendimento a criação de um jornal no qual pudesse tornar públicos os feitos da Companhia e os bons resultados de seu trabalho. Com esse propósito, surgiu a *Gazeta Commercial*, projeto jornalístico financiando por Maylasky, que convidou Júlio Ribeiro para ser seu editor. Na época, o escritor enfrentava dificuldades para se impor no meio jornalístico da província de São Paulo. Provavelmente, não titubeou em aceitar o convite e não se empolgou apenas com a oportunidade de um emprego garantido, mas também com o próprio projeto, que punha à disposição o capital necessário à fundação de um jornal de estrutura moderna. A tarefa de iniciar a implantação do jornal ficou a seu cargo: voltou a Sorocaba para fiscalizar a montagem da impressora — por ser uma “maquina parisiense” —, e também foi à Corte, “ onde fez um escolhido sortimento de tipos, vinhetas, emblemas, traits de plume, papel, tinta, ouro, prata etc. na antiga e acreditada casa dos srs. Bouchaud e Albertie”.⁷⁷ Enfim, tratava-se de uma estrutura material avançada para os padrões do jornalismo do interior da província e possibilitou que o jornal patrocinado por Maylasky tivesse a primeira tipografia movida a vapor de Sorocaba. À dianteira dessa estrutura entusiasmante para a tarefa

⁷⁵ Ribeiro, desgostoso da ira provocada por sua atividade de jornalista em Sorocaba, mudou-se para a capital da província no início de 1873, mas retornou a essa cidade em meados de 1874.

⁷⁶ De origem húngara, emigrou para Sorocaba em 1865, num momento em que a economia da cidade passava por um declínio no comércio de muare, o qual havia sido a mola-mestra de sua economia, dando lugar à lavoura de algodão. Empregou-se, assim, numa empresa descaroadora de algodão pertencente a Roberto Dias Batista. A partir daí, sua trajetória é fulgurante. Em 1866 ingressa no comércio de algodão, o que motiva a fundação de um jornal para a difusão dessa cultura: *O Araçoiaba*. Dois anos mais tarde, funda a “Sociedade Progresso de Sorocaba”, que tinha como objetivo instalar na cidade uma grande fábrica de tecidos. Várias tentativas foram feitas, sem êxito. Esteve entre os fundadores da Loja Perseverança III e foi o fundador da Companhia Sorocabana, cuja meta era construir uma estrada de ferro entre São Paulo e a Fábrica de Ferro do Ipanema, a fim de beneficiar o empreendimento do algodão e a fábrica de ferro de Ipanema. Cf. BONADIO, op. cit., p. 59-61. A trajetória de Matheus Maylasky denota que era um homem com idéias e práticas progressistas, as quais vinham ao encontro do projeto reformista da elite sorocabana.

jornalística, eis Júlio Ribeiro novamente em cena na imprensa sorocabana, desta vez com a finalidade de defender a Companhia e seu diretor. Esse propósito já estava declarado no programa que o jornal se propunha a cumprir:

[...] Tornar mais conhecido e melhor avaliado este torrão; de patentear a fertilidade do seu solo, a amenidade do seu clima, a riqueza das suas minas, de atrair para ele as visitas da imigração, não refugaremos ao trabalho, por espinhoso que seja: procuraremos, quanto em nós couber, fomentar o seu engrandecimento, animar a sua lavoura, facilitar as suas transações; a sua prometedora linha ferrea, já em vésperas de ser entregue ao tráfego, merecer-nos-á cuidado especial, desvelando-nos em promover o seu prolongamento aos municípios vizinhos, cujo interesses tornam-se comuns com os deste.⁷⁸

Isso, porém, não significa que a pecha de “mercenário” outorgada ao escritor pelo *Ypanema* justifique a crítica a sua atuação comprometida com a Companhia Sorocabana. Afinal, em razão dessa oportunidade, ainda que na condição de propagandista da companhia de ferro de Sorocaba, Ribeiro pôde pôr em ação suas crenças na defesa das idéias liberais como fundamentos para o progresso do Brasil. Ribeiro via a iniciativa privada como uma das formas de liberar a província de São Paulo da dependência exclusiva do apoio do governo central em seu rumo à “civilização”. Em outros termos, a defesa que iria mover coadunava-se com sua maneira de pensar um projeto de Nação.

No trecho reproduzido a seguir, a ação dos paulistas, consubstanciada na iniciativa dos sorocabanos, é tratada de maneira a ressaltar a mudança na paisagem operada pelos trilhos da estrada que “desbrava os sertões”, “corta os morros” e desenha um novo cenário — o da prosperidade. Observe-se que, na concepção ribeiriana, os paulistas de fins de século são vistos como uma versão moderna dos bandeirantes:

É o meio principal que tem sido posto em prática para a realização deste desideratum é a exigência dos paulistas quanto ao serviço de viação pública: não adormecemos embalados por doce e cega confiança no governo, apelaram eles para a iniciativa particular, e recompensa do seu titânico esforço, as gargantas de serras ínvias, as alpestres fraguras de sertões bravios repercutem com os silvos da locomotiva que, devassando as entranhas da terra nos túneis, atravessando morros em cortes, saltando

⁷⁷ Excerto que integra o 1º número da **Gazeta Commercial**, lançado em 7 de outubro de 1874. Apud IRMÃO, **Júlio Ribeiro**, op. cit., p. 9.

⁷⁸ **Gazeta Commercial**, Sorocaba, 7 out. 1874. Apud id. ib., p. 99-100, grifo meu.

grotas em viadutos, transpondo rios em pontes, vai por toda parte derramando vida nova, luzes, civilização, riqueza, prosperidade.⁷⁹

No enaltecimento da iniciativa particular no empreendimento ferroviário de Sorocaba, vê-se, sem sombra de dúvida, a concretização do propósito pelo qual se criou a *Gazeta Commercial*. Considera-se, no entanto, que sublinhar somente esse aspecto da atuação de Ribeiro no citado jornal é uma atitude que subestima as intervenções do escritor, que também se posicionou ativamente em relação a outras questões cruciais para o progresso, como o desenvolvimento dos setores da saúde, agricultura, instrução, imprensa, entre outros.⁸⁰

Empreendeu, pois, Júlio Ribeiro uma interpretação do Brasil, ainda que pontual e associada aos propósitos da Companhia Sorocabana. Na *Gazeta Comercial*, Ribeiro publicou, por exemplo, uma série de artigos sobre os “males” que atingiam a lavoura e viu essa sua intervenção como uma prática a serviço do avanço da agricultura. Na abertura dessa seqüência de artigos, ele apresenta seu objetivo, que era tornar mais

[...] conhecido os defeitos da nossa lavoura, apontar os remédios aos males que a corroem, eis uma tarefa gloriosa que não temos a pretensão de levar a cabo, mas que todavia tentaremos [...] em artigos subsequentes [...] estudar a natureza de nosso solo ou a *geocosmia*; tratar das substâncias fertilizantes, ou da *cropologia*; rever o sistema de trabalhos aplicáveis ao terreno ou *geoponia*; desenvolver os princípios da multiplicação dos vegetais ou *fitoscopia*; fazer um apanhado das regras elementares que presidem à colheita, à manipulação e conservação dos produtos da lavoura ou *frugologia* [...].⁸¹

O uso de termos técnicos da agricultura denota a busca de auxílio num repertório científico que funcionasse como “remédio aos males” do atraso nessa esfera.⁸² Tratava-se, na

⁷⁹ *Gazeta Commercial*, Sorocaba, 20 jan. 1875. Apud id. ib., p.162.

⁸⁰ O interesse maior diante desses assuntos proferidos por Ribeiro, não recaem, aqui, no desenvolvimento do tema propriamente dito, mas em assinalar a partir deste tipo de intervenção os posicionamentos do jornalista diante de questões consideradas pontos importantes de discussão no projeto mais amplo de reforma política do último quartel do século XIX.

⁸¹ *Gazeta Commercial*, Sorocaba, 1874. Apud. IRMÃO, J. A. **Júlio Ribeiro**, op. cit., p. 119, itálico do autor. Não constam o dia e mês da publicação desse artigo. De acordo com Irmão, essa série de artigos iniciou-se em 28 de outubro de 1874.

⁸² O repertório científico é recorrente em *A Carne*, pleno de metáforas organicistas e químicas. Essa característica, aliás, foi vista pela crítica literária como um dos atributos negativos do romance. No entanto, esse repertório não foi usado gratuitamente, mas para combater a retórica romântica, trazendo novos modelos e temas, como o da mulher culta, representada por Lenita.

verdade, de uma visão da ciência como aliada do projeto de reforma social. E, nesse sentido, Ribeiro se apresentou como um crítico dos hábitos seculares que vigoravam na agricultura, como a “destruição inqualificável das matas”, em que, a seu ver, “com raríssimas exceções, somos rotineiros e fazemos o que vimos fazer nossos avós”.⁸³ A causa primeira desse hábito condenável, no entanto, foi atribuída por ele à nossa história colonial:

[...] Nossos metropolitanos, ao apoderarem-se das vastas sesmarias do sertão que hoje habitamos, faziam extensas derrubadas para comprovar materialmente a sua posse; o fogo as devorava, e uma messe abundosa por dois ou três anos recompensava-os desse trabalho em que não se encontravam dificuldades; esgotados os sais fertilizantes de *sodium* e de *potassium* produzidos pela incineração, tornava-se maninho o terreno e eles, em vez de arroteá-lo, procuravam obter novas datas e faziam novos estragos.⁸⁴

Esse arcaísmo, herdado dos métodos coloniais de lavoura, não era compatível com o conceito de civilização que os grupos reformistas propunham. Nas interferências textuais de Ribeiro em favor da secularização social e política, pode-se aventar que a crítica às práticas agrícolas não incidia somente no passado colonial imobilizado, mas também no modo de pensar e agir das sociedades aristocráticas, que simbolizavam o regime imperial.

Na opinião do escritor, a principal arma de combate às práticas coloniais estava em “lançarmos mão de recursos que a ciência indica”. Para isso, eram necessários investimentos na instrução, com a criação de “escolas regionais” e “institutos agrônômicos”, que formariam profissionais capacitados para o desenvolvimento agrícola do País, além de evitarem uma tragédia, que, segundo ele, já se anunciava:

[...] Não fantasiemos negruras; elas existem já, por vezes temos ouvido depreciar-se a fertilidade atual do nosso município; [...] temos ouvido apelar para as matas ainda restantes de Botucatú como sendo a produção do sul da província. E a imprevidência chega a não refletir que em prazo mais ou menos longo também se esgotarão.⁸⁵

⁸³ Apud IRMÃO, **Júlio Ribeiro**, op. cit., p. 119.

⁸⁴ Id. ib.

⁸⁵ Id. ib., p. 120.

Afinal, o contexto agrícola, marcado pelo desmatamento e pela queimada, exigia dele a intervenção como homem “afinado” com as teorias científicas modernas.

Essa atitude foi reafirmada por ocasião dos primeiros indícios da varíola em São Roque.⁸⁶ A epidemia da doença, que nos anos 1860 tinha vitimado centenas de pessoas na província de São Paulo, vinha preocupando a população e as autoridades públicas. Júlio Ribeiro, como jornalista, colocou seu conhecimento a serviço da causa pública e defendeu a vacina como a “providência [...] lógica apontada pela ciência, confirmada pela prática”. “[...] Não aproveitar dos meios que a Divina Providência apraz descobrir ao homem” seria cometer “mais do que um crime”: “um sacrilégio”. Negar a ciência significava negar os recursos que a modernidade punha à disposição, o que equivalia, na visão ribeiriana, à recusa da civilização.

Ribeiro não ficou somente na indicação da vacina como o meio mais eficaz de evitar a disseminação da varíola. Discorreu sobre seus efeitos, sua composição, o local em que deveria ser aplicada e o procedimento em caso de inflamação tópica. Nesse último caso, por exemplo, recomendava o uso de “cataplasmas de fécula ou de miolo de pão com leite”. Foi, portanto, com base num conjunto de idéias científicas que procurou esclarecer os sorocabanos a respeito da vacina, a qual, por “preconceito”, poderia ser recusada pela população: “Cremos ter prestado um bom serviço consignando aqui o que nos grandes mestres temos lido: uma só família que aproveite de nosso trabalho, despindo-se [de] desarrazoados preconceitos e vacinando-se inteligentemente, nos compensará da fadiga”.

Assim como os males apontados por Ribeiro na agricultura, a ignorância e o preconceito com relação à vacina representavam a herança negativa da colonização no Brasil. Tanto num caso como noutro, as crendices populares e religiosas impediam o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Crenças e práticas anacrônicas deveriam ser

⁸⁶ Em fins de 1874, Ribeiro se ocupou de alertar a população a respeito da varíola: “Essa terrível epidemia que desde o século X é com justa causa temida, que nos últimos três anos tem percorrido o mundo todo, que assolou há pouco a nossa capital, está grassando em S. Roque, povoação que dista desta seis léguas apenas. Urge tomar

combatidas com o ideário liberal-científico, que era acionado de acordo com o contexto. A despeito de essas leituras pontuais e conjunturais de Ribeiro na *Gazeta Commercial* não as enfocarem diretamente, as grandes questões políticas eram um desdobramento do conjunto de problemas que a geração reformista de 1870 atribuía ao processo colonial. Para os republicanos de São Paulo, o mais negativo desses problemas e responsável pela resistência dos traços coloniais nos trópicos brasileiros residia exatamente na transposição do regime político da Metrópole para a Colônia: a monarquia.⁸⁷ Portanto, na atuação em Sorocaba, além das questões políticas e polêmicas em que se envolveu na defesa da Companhia Sorocabana, Júlio Ribeiro foi um intérprete dos problemas de seu tempo, os quais submetia a uma avaliação sincrônica *vis-à-vis* do mundo que o cercava: o passado colonial explicava em parte o atraso, porém não era o fator decisivo, porque, no entendimento de Ribeiro, a “evolução” sociopolítica dependia da ação dos homens. Por isso, sua prática foi a de colocar à disposição do público seu conhecimento da ciência e a de portar-se, assim, como um paladino das causas da civilização em terras brasileiras.

2.3.O homem de letras entre o céu e o inferno

Em sua experiência na imprensa sorocabana durante quase meia década, Júlio Ribeiro obteve vários êxitos, mas também passou por muitos percalços, os quais fizeram com que refletisse sobre a carreira do homem de letras no Brasil. Foi a partir dessa experiência

providências sérias, providências sensatas, providências providentes, se assim permite a expressão”. Apud. IRMÃO, **Júlio Ribeiro**, op. cit., p. 115.

⁸⁷Cf. ALONSO, op. cit, p. 240: “A releitura do processo de colonização encaminhou uma reinterpretação dos processos de formação do Estado e da Nação brasileiros e das estruturas socioeconômicas e hierarquias políticas herdadas. [...] Os grupos [da geração 1870] identificaram o processo de colonização como a causa primeira a partir da qual um complexo emaranhado de problemas se desdobraria. Há variações conforme a dimensão privilegiada.” No que se refere aos republicanos paulistas “[...] a situação de colônia teria imposto à nação a forma de governo da metrópole decadente. Esta transposição seria indébita. A monarquia, seria, então, o cerne negativo da herança colonial”.

pessoal em Sorocaba que ele formulou leituras sobre a imprensa, o *locus* principal de sua atuação.

O que levou Ribeiro a sair de Sorocaba? E, num curto intervalo de tempo, a retornar a essa cidade? Em texto publicado n’*O Sorocaba*, ele dá indícios de que sua saída do município esteve ligada ao encerramento de suas atividades de jornalista n’*O Sorocabano* — fato motivado, por sua vez, por questões políticas:

[...] dois anos quase gastamos as forças na arena do jornalismo político: frutos amargos como as mandrágoras da Palestina foram o único resultado de nossos esforços. Abstemo-nos, pois, de trilhar por mais tempo essa vereda escabrosa que nos ensanguentou os pés. Não poderíamos nunca. Como advogar os interesses de um partido da coroa? Pregar idéias democráticas, atrair sobre nós as iras dos que se alternam no poder, fazer toda sorte de sacrifícios, e ver depois os companheiros de ontem, os homens que se inscreveram como coordenadores do poder pessoal, a forjarem calúnias para se defender da pecha de republicanos, a tomarem assento como partidaristas do terno nas mesas eleitorais é demais para nós que somos simplesmente um homem, que não temos a força divina do mártir do Calvário.⁸⁸

Por ser a atividade jornalística — como já mencionado — socialmente ligada à política, conflitos políticos adquiriam dimensões pessoais, as quais eram definidoras na carreira de um letrado. O texto supra citado de Ribeiro demonstra sua desilusão com a política local, especialmente por ter sido chamado de porta-voz dos “interesses de um partido da coroa”; logo ele, que se via como defensor das “idéias democráticas” e “republicanas”. O que estava em questão, na verdade, era a desconfiança quanto a seu caráter e suas crenças políticas. Isso bastou para que deixasse *O Sorocabano* e fizesse desse acontecimento um “ato público” de defesa de seu caráter, de modo a sublinhar o sofrimento causado pela atividade de jornalista naquele curto tempo à frente do jornal — que, conforme ele sugere, não lhe proporcionou qualquer saldo positivo. E pode-se dizer ainda que, ao se autoproclamar um “homem comum”, sem a “força divina do mártir do calvário” para dar continuidade a seu trabalho na imprensa sorocabana, Ribeiro avocou exatamente a imagem negada: a de um

⁸⁸ **O Sorocaba**, Sorocaba, 20 set. 1871. Apud IRMÃO. **Júlio Ribeiro**, op. cit., grifo meu. p.73-74. Como já mencionado, *O Sorocabano* encerrou suas atividades em final de agosto de 1871, passando a se chamar *O Sorocaba*, no qual Ribeiro figurou como redator até 20 de setembro desse ano, data do artigo citado.

sofredor por sustentar “idéias democráticas”, ou seja, a de um mártir! A auto-representação do escritor como um “homem de dores”, logo no início de sua carreira, será uma imagem recorrente em sua escrita, fazendo-se presente no decorrer de sua atuação como homem de imprensa.

Antes de mudar-se de Sorocaba, Ribeiro atravessou um momento de incertezas e instabilidade profissionais. Sem emprego, oferece-se, por meio de anúncio que faz publicar n’*O Sorocaba*, como professor particular, em sua residência, de instrução superior e primária, com classes de latim, francês, inglês, geografia e primeiras letras, inclusive o sistema métrico decimal. Informa também o valor das aulas e o horário: “[...] Preço: 5\$000 por mês, para as línguas e 3\$000 para as primeiras letras. As aulas funcionarão das 9 horas da manhã a 1 da tarde.”⁸⁹ Foi diante dessa circunstância de sua vida que Júlio Ribeiro passou a refletir sobre a atividade do homem de letras no Brasil da segunda metade do Oitocentos.

Nesse mesmo jornal, na seção *Variedades*, lembrou a miséria em que morreram Tasso, Milton, Camões, Cervantes, Ariosto, Lesage, La Fontaine, Diderot e tantos outros grandes vultos das letras. Ao eleger os grandes representantes da cultura ocidental como exemplo de que a carreira letrada não propiciava lucros econômicos, Ribeiro expressou sua condição de homem de imprensa desiludido. Afirma, por exemplo: “Quem se sentir com vocação para as letras e por elas quizer ganhar a vida é melhor se atirar a um poço!”⁹⁰

Realmente, as oportunidades para o homem de letras que ficava à margem dos quadros da elite imperial eram reduzidas. Essa situação foi constatada e teorizada por um coetâneo de Ribeiro: Joaquim Nabuco — membro da elite política monárquica, porém com posições reformistas. Nabuco apontou a escravidão como a essência do atraso do Brasil, sobretudo do que chama de “atavismo social” do País, que, a seu ver, provocava a falta de

⁸⁹ Apud IRMÃO. *Perseverança III e Sorocaba*, op. cit., p.121.

⁹⁰ Id. ib.

oportunidades profissionais para os desprovidos de proteção e os que tinham como único bem a inteligência:

[...] o país está fechado em todas as direções; que muitas avenidas que poderiam oferecer um meio de vida a homens de talento, mas sem qualidades mercantis, como a literatura, a ciência, a imprensa, o magistério, não passam ainda de vielas [...].⁹¹

Enquanto, em *O Abolicionismo*, Nabuco teorizou sobre os motivos da falta de oportunidades para o homem de letras no Brasil a partir de um estudo mais sistemático do significado da escravidão, Júlio Ribeiro focalizou os mesmos problemas de maneira diluída. As causas das dificuldades de inserção no mundo das letras são sempre tratadas em momentos específicos de sua tentativa de acesso ao universo das letras paulistas. Dito de outra forma, sua reflexão sobre a imprensa, cola-se às questões conjunturais e, com frequência, deixa-se marcar pelas circunstâncias pessoais. Essa característica um tanto enviesada da reflexão de Ribeiro não impede de vê-lo como um intérprete da condição do letrado no País; ao contrário, constitui uma amostra do universo das letras da segunda metade do século XIX.

As desavenças políticas motivaram a primeira saída de Júlio Ribeiro de Sorocaba. No início de 1873, mudou-se com a família para a cidade de São Paulo,⁹² onde permaneceu pouco tempo, pois retomou as lides jornalísticas em Sorocaba em fins de 1874, a fim de dirigir o jornal *Gazeta Comercial*, de Maylasky. Portanto, pode-se dizer que tanto sua saída como seu retorno a Sorocaba se deram em meio a questões políticas locais. Com uma diferença: quando de seu retorno a Sorocaba, Ribeiro já havia experimentado dificuldades para inserir-se no meio jornalístico da capital da província, já que ainda não era um nome conhecido no universo das letras, o que o levou a exercer outras atividades, como a de fabricante de

⁹¹ NABUCO, Joaquim. **O abolicionista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000, p. 128.

⁹² Em nota publicada no jornal *O Sorocaba*, assim Júlio Ribeiro se despediu do município: “Maria Francisca Ribeiro, Sophia Ribeiro e Júlio Ribeiro, não podendo despedirem-se pessoalmente de todos que honraram com sua amizade, o fazem por este meio, aguardando na capital da província as ordens que se dignarem dar-lhes. Sorocaba, 27 de Janeiro de 1873.” **O Sorocaba**, 1 fev. 1873. Apud IRMÃO. **Júlio Ribeiro**, op. cit., p. 98.

remédios caseiros. Nesse contexto, o convite de Maylasky representava uma maneira de retornar à atividade jornalística.

Ao assumir a redação e direção da *Gazeta Commercial*, Júlio Ribeiro assim se pronunciou:

Como o loto da fábula, a imprensa embriaga, seduz, dementa aquele que uma vez escreveu, a não ser dotado de um coração gélido e excepcionalmente positivista, escreverá enquanto um sopro de vida lhe fizer correr nas artérias uma gota de sangue.⁹³

Temos aqui a justificativa de Ribeiro do porquê de seu retorno ao cenário da imprensa sorocabana — afinal, em sua despedida das lides n’*O Sorocaba* ele havia anunciado seu abandono da atividade jornalística nessa cidade de maneira definitiva. Para quem havia expressado, um ano antes, sua desilusão quanto à imprensa, a mudança de opinião — e a referência a um elo quase que visceral com a atividade jornalística — poderia ser vista como paradoxal. Isso não vale, porém, para esse contexto, em que as relações sociopessoais consistiam em instâncias fundamentais na trajetória de um homem de letras. Daí a mudança de opinião e a atitude de se agarrar às oportunidades profissionais que surgissem serem essenciais para a obtenção de recursos sociais e econômicos. Sobretudo para aqueles que tinham pretensões ao círculo letrado, a imprensa afigurava-se um espaço que poderia render um inestimável reconhecimento simbólico.

A despeito de constar no prólogo da primeira edição de *Padre Belchior de Pontes* — e ter sido reproduzida nas edições subsequentes — a afirmação de que não tinha pretensão alguma ao publicar esse romance-folhetim, Júlio Ribeiro conta que começou

[...] a escrevê-lo em Sorocaba, sem plano assente, sem seguir escola, sem pretensão de especie alguma, só e só para encher o espaço de um periodico que aí redigi. Suas linhas, traçadas em retalhos de papel, ora sobre o “mármore” do prélo, ora sobre as “gales” da “composição” foram-se envolvendo, emaranhando, avultando sem metodo, como os fios de uma meada que tentam dobar mãos ainda inexperientes.⁹⁴

⁹³ *A Gazeta Commercial*, Sorocaba, 7 out. 1875. Apud Id. ib., p.98.

⁹⁴ RIBEIRO, Júlio. “Prólogo”. In: *Padre Belchior de Pontes*, op. cit, p. 5.

Isso não está em conformidade com as inquietações que manifestou em Sorocaba a respeito do universo letrado, especialmente a condição do homem de imprensa no Brasil; parece muito mais fazer parte da criação de um imaginário relativo à elaboração do romance do que corresponder propriamente a suas intenções reais. Quando afirma não ter seguido “método”, nem “escola”, enfim, não ter pretensão alguma, parece estar desejando que confirmem a sua obra um caráter de genialidade. Essa suposição fica ainda mais plausível, se for levado em conta que o prólogo à primeira edição suprimiu parte da declaração original de Ribeiro ao anunciar o romance na *Gazeta Commercial*: “Contudo seria inverdade afirmar que nos é indiferente o acolhimento dos competentes: folgaríamos de que lhe reconhecessem algum mérito, vanglória inata a todo homem e muitíssimo desculpável”.⁹⁵

O reconhecimento simbólico pela atividade na imprensa estava em dependência não só do mérito pessoal, mas também da rede de relações da qual o jornalista-escritor dispusesse para acionar quando fosse necessário. Essa dimensão torna-se ainda mais importante, na medida em que a condição de Ribeiro era de marginalização social e econômica frente ao *status quo* imperial. Tomando-se em consideração que, nesse momento de sua atuação em Sorocaba, Ribeiro ainda não se havia estabelecido como um nome no cenário das letras paulistas (isto é, não possuía capital simbólico suficiente do qual pudesse lançar mão a seu favor), é possível afirmar que essa situação o colocava em desvantagem na concorrência por um cargo, fosse na imprensa, fosse no magistério, atividades que não requeriam o diploma de bacharel.⁹⁶ Dito de outro modo, estava, ainda que de maneiras distintas, duplamente marginalizado. Essa condição reduzia as possibilidades de trabalho, mas eventualmente

⁹⁵ Cf. IRMÃO. **Júlio Ribeiro**, op. cit., p. 122.

⁹⁶ É preciso, no entanto, esclarecer que as oportunidades de emprego também não eram tão animadoras entre os bacharéis, pois o número crescente desses profissionais no mercado gerava “[...] o problema do excesso de bacharéis [...] fenômeno repetidas vezes mencionado na época da busca desesperada do emprego público por esses letrados sem ocupação, o que iria reforçar também o caráter clientelístico da burocracia imperial.” Cf. CARVALHO, J. M. **A Construção da ordem**, op. cit., p.77.

poderia ser usada favoravelmente, desde que se soubesse tirar proveito da situação para alcançar êxito no universo letrado.

A situação do autor aqui em estudo teria repercutido favoravelmente no percurso que trilhou em Sorocaba como homem de letras? Responder a essa questão requer ponderações. Afinal, foi em Sorocaba, com suas intervenções na imprensa, que ele angariou elementos para avaliar o que significava ser um homem de letras no Brasil, e isso lhe permitiu, ao mesmo tempo, uma percepção mais acurada de sua condição de marginalizado.

Convém levar em conta que essa percepção — surgida em meio às provocações de que foi alvo na defesa que empreendeu de Maylasky — esteve presente nas hipóteses que formou sobre a situação da imprensa no Brasil. Usando como parâmetro de análise o periódico *Novo Mundo: Periódico Ilustrado do Progresso da Edade*, editado em Nova Iorque por um brasileiro, J. C. Rodrigues, e lido pela elite letrada brasileira oitocentista, Ribeiro chega a esta conclusão:

Tristes reflexões sobre o estado da imprensa entre nós sugeriu-nos a leitura do último número do Novo Mundo. Seu redator é de fato brasileiro; a língua de que se serve é a nossa; o país a cujos interesses se dedica é a terra de Santa Cruz: o modo, porém de pensar, a atividade com que trabalha, o zelo que desenvolve, o critério com que examina, a franqueza que expende, o espírito que o agita pertence tudo à indole do povo americano em cujo grêmio foi beber alento o sr. J. C. Rodrigues.⁹⁷

Não foi por acaso, portanto, que Júlio Ribeiro elegeu os Estados Unidos como modelo de sociedade,⁹⁸ cujo princípio do *self-made man* lhe daria, a seu ver, oportunidades de crescimento. A condição de marginalizado num país como o Brasil, em sua opinião, tolhia o desenvolvimento da capacidade intelectual, porque aqui essa aptidão esbarrava nos valores de hierarquias sociais arraigados na cultura. Baseando-se na compreensão de sua condição de

⁹⁷ *Gazeta Commercial*, Sorocaba, 2 jan. 1875. Apud IRMÃO. **Júlio Ribeiro**, op. cit., p.179.

⁹⁸ Segundo José Murilo de Carvalho, os modelos de República existentes na Europa e na América, serviram de referência constante para os brasileiros. O repertório político norte-americano foi eleito especialmente pelos republicanos paulistas. CARVALHO, J. M. de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

homem de letras no Brasil, Ribeiro conjecturou sobre o futuro do editor do *Novo Mundo*, se estivesse no Brasil:

Se este senhor tivesse permanecido no Brasil entre nós, se se tivesse deixado intoxicar pela malária que nos atormenta laborioso e ativo como é, teria procurado de certo uma esfera de ação em que se expandisse o seu gênio: encontrando somente desânimo, decepções, injustiças e até irrisão, atiraria enojado a pena, abismar-se-ia na inatividade, como pássaro que, fugido de um navio, percorre as solidões do oceano, e não achando raminho em que pouse, aderna as azas, colhe o vôo, e entrega-se às águas que o engolem. [...] De tempos em tempos escreveria talvez um requerimento, disputaria uma cadeira na assembléia, e envelheceria capitão ou major da guarda nacional.⁹⁹

No entanto, não foi o que ocorreu com J. C. Rodrigues, e o motivo era simples: porque se havia transferido para os Estados Unidos:

[...] o vigor dessa raça ativa despertou-o da indolência; a consideração que aí merece o trabalho despiu-o de preconceitos: o exemplo alheio deu-lhe consciência do que valia, a animação alentou-lhe os brios e o resultado foi esse periódico modelo, esse elo que procura unir as duas nacionalidades, esse istmo moral que tenta consolidar-se entre os dois continentes. [...].¹⁰⁰

Essa solução foi cogitada por Ribeiro. Em 13 de setembro de 1875, o escritor foi elevado ao grau 30 em sessão da Loja Maçônica Perseverança III. A promoção, segundo a alegação de Vicente Eufrásio: “[...] visa[va] atender a uma necessidade, visto como o referido irmão Júlio Ribeiro vai se retirar da cidade, indo residir, talvez, em algum país estrangeiro.”¹⁰¹ Entretanto, Ribeiro não saiu do Brasil, como o fez J. C. Rodrigues. Os anseios e frustrações sentidos por ocasião de sua experiência em Sorocaba — e que marcam fortemente seus textos jornalísticos produzidos nessa época — levaram o escritor a tomar consciência de sua condição no espaço social onde se situava. Assim, tomando como base sua própria vivência, emitiu desoladoras opiniões sobre a imprensa no Brasil:

Ingrata e cheia de urzes é em nosso país a trilha do publicista: além das dificuldades com que luta pelo elevado preço do material tipográfico, além da escassez de artistas que o ajudem, além dos esforços que surgem

⁹⁹ *Gazeta Commercial*, Sorocaba, 2 jan. 1875. Apud IRMÃO. **Júlio Ribeiro**, op. cit., p. 179-180.

¹⁰⁰ Id. ib., grifo meu.

¹⁰¹ Apud IRMÃO. *A Perseverança III e Sorocaba (1869-1889)*, op. cit., p.170.

de todos os lados ao bom desempenho de sua missão, pouco, pouquíssimo, quase nulo é o favor que lhe dispensa o público. [...] o jornalista torna-se alvo de ódios pois se lhe atribuem todas quantas publicações se fazem nas colunas de sua folha [...].¹⁰²

No entanto, foi com essa experiência que ele se projetou no universo letrado paulista: a publicação de seu romance *Padre Belchior de Pontes* na *Gazeta Commercial* lhe rendeu a aceitação da crítica pelos principais jornais de São Paulo.¹⁰³ Martim Francisco Junior, por exemplo, endereçou-lhe uma longa carta, ainda quando o romance estava sendo publicado em folhetim. Essa carta foi reproduzida na *Gazeta Comercial* em 1º de junho de 1875. A seguir, é transcrito um trecho da mencionada correspondência:

Júlio Ribeiro

Devo-te uma desillusão proveitosa; é um pouco tarde para o pagamento da dívida, mas antes tarde do que nunca. Enganei-me julgando que o fogo fátuo da vida política houvesse deslumbrado as vicissitudes da mocidade, que a effervescência das discussões relativas aos problemas sociais tivessem escravizado todos os talentos de minha terra. O teu romance – Padre Belchior de Pontes [...] nobilitou-te, e a fidalguia do talento, diversa da fidalguia da raça, traz um onus invejável quando bem desempenhado, obriga ao estudo, corrige os enganos e prepara o trillho que conduz à glória. O teu livro collocou-te nesse trillho. Quando chegares ao termo da jornada, concede a esmola de uma recordação a aquelle que estará a muito longe de ti, ao teu sincero admirador.¹⁰⁴

Para além do destaque ao mérito literário do romance de Júlio Ribeiro, deve-se indicar que, um ano antes de remeter a citada carta, isto é, quando era estudante do 4º ano da Faculdade de Direito de São Paulo, Martim Francisco havia escrito *Os precursores da Independência* (1874). Nessa obra, o autor identificou na resistência dos paulistas aos jesuítas uma antecipação do movimento de independência. Ribeiro e Martim Francisco tratavam,

¹⁰² **A Gazeta Commercial**, Sorocaba, 2 jan. 1875. Apud IRMÃO. **Júlio Ribeiro**, op.cit, p. 180. Opinião diversa expressou a *Gazeta de Campinas* sobre a imprensa na província de São Paulo: “Por que a província de São Paulo tanto se distingue entre as outras? A resposta é muito simples, e o fato explica-se perfeitamente. É em São Paulo onde mais se lê. As maravilhas presenciadas nesse glorioso torrão são filhas da difusão das luzes, que é aí muito mais considerável do que nos outros pontos do império. [...] a imprensa desta província corresponde quase, em número, à de todo o império. Nos seus jornais escrevem elegantes escritores sustentando as mais difíceis e delicadas teses, e a circulação destes periódicos é realmente admirável, atendendo-se ao resto do império.” **Gazeta de Campinas**, 19 jan. 1877. Apud MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação**: o colégio “Culto à Ciência” de Campinas (1869-1892). São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, p.16.

¹⁰³ Verificar os comentários da imprensa sobre o romance no quarto capítulo deste trabalho, p. 219 (nota 66).

¹⁰⁴ Carta reproduzida pelo jornal **Folha da Manhã**, São Paulo, 3 nov. 1940, p. 2. (Suplemento comemorativo do cinquentenário da morte de Júlio Ribeiro). Arquivo Jolumá Brito.

portanto, de temas congêneres: ambos destacavam a superioridade paulista, que mais tarde, tanto num quanto noutro, iria desembocar na defesa do separatismo em fins da década de 1880.¹⁰⁵ Por essa razão, talvez, é que Martins Francisco Júnior julgou que Ribeiro estava no caminho que o “conduziria à glória” nas letras pátrias.

Num contexto de idas e vindas pela imprensa sorocabana, e ainda marcado por contendas na política local, é importante indagar: o que significou para Júlio Ribeiro a emissão de opiniões que exaltavam seu romance de estréia? Se o autor dizia que até na “queda do cedro que tomba há alguma coisa de grandioso, [...] a glória da queda”, imagine-se, então, o que não afirmaria, ou ao menos pensaria, se esse cedro estivesse em pé? Além da glória pessoal, essa consagração proporcionou-lhe um capital simbólico que lhe abria oportunidades de trabalho, pois foi a partir da chancela à sua atuação como jornalista e romancista que Ribeiro se inseriu na dinâmica político-cultural de Campinas.

¹⁰⁵ A esse respeito ver: ADDUCI, Cássia Chrispiniano. **A “Pátria Paulista”**: o separatismo como resposta à crise final do Império Brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

Liberdade religiosa

Quando a cidadeo verdadeiramente amante de seu paiz, vê inánuamente mais uma compressão, mais um encerramento de direitos incontestáveis, conservar-se inactivo é fraqueza, guardar silencio é crime.

Curioso o darsi a carga imposta pela mão da fatilidade; queda-se vencida a energia perante o concurso de circumstancias; mas protesta-se.

Haja uma voz, chame ella muita embora no deserto.

O sr. Candido Mendes de Almeida na camara temporaria mostra tendencias manifestas de querer redazir esta já tão espezinhada terra a fôdo de Sua Santidade.

Não pôde levar em paciência que o sr. ministro da justiça entenda á letra do art. 5º da constituição do imperio; e assenta lá de si para si que esse pesadão de artigo deve ser interpretado conforme as regras hermenêuticas da congregação do Index.

O homem não hesita: chama em seu apoio a erudição que ninguém lhe nega, cita bullas, apologisa, troveja, declama, e até desvirtua factos.

Fôra elle o unico palmuro desta nação, e os ossos do S. Domingos estremeeriam de prazer, ao reviverem nas plagas americanas as fogueiras de Torquemada.

Éluzmente que ainda nos resta o espirito do seculo, maior que o sr. Candido Mendes, maior que a camara baixa.

Tambem é só a quem pôdo recorrer a fração livre dos brasileiros.

Este apophtegma tantas vezes repetido—*a corrupção dos povos vem de cima*—é de maior alcance do que se crê geralmente.

A fonte principal das misérias de uma nação é ter ella uma religião de Estado.

Sem religião não ha sociedade, e com religião de Estado não ha religião nenhuma.

Uma religião de Estado é o prestabelecimento de uma tutela á razão, é uma bitola antecipada por onde se tem de aferir a consciencia.

Dá-se o caso do hospede de Procusto: se é curto, estiro-se; se é comprido, corto-se.

Um homem que tem a desgraça de nascer em um paiz onde ha religião de Estado, tem de herdal-a forçosamente, como o filho do morphetico as ulceras de seu pae. Ou perder os mais caros direitos politicos e sociais, ou ser religioso á moda de quem o precedeu.

Poucos tem a coragem de se relegar no meio da sociedade, de tornar-se paria civilizado: aceita-se geralmente esse tortulho, como o camello a sua gibba, como o bufalo as suas aspás.

Ninguém discute que religião ha de abraçar, como tambem não se discute o uso da casaca preta e gravata branca.

São injunções a que se não pôde esquivar alguém: fugindo-se a esta, offendem-se ás conveniencias; escapando-se daquella, fica-se isolado.

Ora, uma religião indiscutivel, imposta, necessaria, atrophia a consciencia, mata os sentimentos.

Dahi essa descrença, essa falta do patriotismo, esse positivismo material que converte os estadistas em machinas de subir.

Dahi essa corrupção de costumes, esse apôgo ás riquezas, esse emervamento moral que degrada os homens e anesquinha a grandeza do amor da familia e da sociedade.

Fallam todos nos Estados-Unidos: o primeiro manual da prosperidade desse Briareu do progresso é a liberdade do que gosa em materia de religião.

Ahi se apuram os sentimentos, vitalisa-se a energia, accende-se o enthusiasmo que arrojá por centenas missionarios ardentes que, de Biblia em punho, penetram até o corcêo da Asia e da Devania.

Tal requinte de fervor religioso não é e nem pôde ser comprehendido no Brazil, ou em qualquer outro paiz que tenha religião de Estado.

O pouco que temos quer-nos o sr. Candido Mendes tirar!

Esperamos em Deus que tal não hade succeder, e que não se realisará sobre esta malfadada terra a tremenda prophécia de Jesus-Christo:

• A todo o que ja tem dar-se-lhe-ha, e terá em abundancia: e ao que não tem tirar-se-lhe-ha até o que parece que tem. S. Mathews, XXV, 29. •

S. Paulo, 1º de Agosto de 1870.

J. C. RIBEIRO.

Júlio César Ribeiro
 Sophia Aureliana de Souza

Segundo um pequeno apontamento
 que encontrei, feito pelo Rev. Sr. G.
 W. Chamberlain, as duas pessoas
 acima mencionadas casaram-se nes-
 ta igreja no dia 5 de fevereiro
 de 1874. Supponho ter sido o
 celebrante o mesmo Sr. Chamberlain.
 Nada mais continha a referida
 nota.

Sorocaba, 14 de julho de 1877.

Antonio Pedro de Cerqueira Leite,
 Pastor interino

Declaração do registro do casamento de Júlio César Ribeiro e Sophia Aureliana
 de Souza.

Proposta que pelo termo a da
 emancipação, o loje de uma
 escrava p.^a a mulata e escrava em
 escrava de D. Maria das Dores Soares
 libertar-se. Sob 2.ª Sec. P.^a
 1874
 Vicente E. de S. Albuquerque

Proposta de auxílio à escrava Narciza para a sua libertação. Do punho de Vicente Eufrásio.

D. n.º 11. Cap. Sr. Com.
 I
 Toda a quantia a mulata Narciza, escrava de D. Maria das Dores Soares, a quantia de vinte mil reis R. 20.000, que a Sr.
 solicitou em seu favor de D. Maria Soares, para ajudar em sua libertação. D. Maria Soares
 15 de Fevereiro de 1875
 Recibo a conta subsc. João - Sr. de Soares
 Sob 13 de Feb. 1875 D. Maria Soares
 A rogo da Narciza
 Venâncio José Fontoura

Recibo passado por Venâncio José Fontoura, a rogo da mulata Narciza, escrava de Maria das Dores Soares, de quantia destinada a auxiliar a sua libertação.